



PESQUISA

POBREZA

DESNUTRIÇÃO INFANTIL

OBESIDADE

AMAMENTAÇÃO

EPIDEMIOLOGIA DA DESIGUALDADE

Um dos mais renomados cientistas brasileiros, Cesar Victora destaca que promover equidade, desde o início da vida, é essencial para garantir saúde



FOTO: EDGAR KANAYKO

Demarcar territórios e aldear a política. Esse foi o tema do 18º Acampamento Terra Livre (ATL), que reuniu mais de 7 mil indígenas de cerca de 200 povos em Brasília, entre 4 e 15 de abril. Uma das cenas mais marcantes ocorreu durante a marcha pelas ruas da capital federal, no dia 6 de abril, quando alguns indígenas hastearam a faixa com os dizeres "Nossos territórios não estão à venda" ao lado da bandeira do Brasil. Leia matéria completa na página 20.

RADIS

edição 235 . abril 2022

CAPA: ILUSTRAÇÃO DE EDUARDO DE OLIVEIRA SOBRE FOTO DE DANIELA XU.

EDITORIAL

3 É preciso dizer não à PEC 191

4 VOZ DO LEITOR

5 SÚMULA

CAPA | ENTREVISTA: CESAR VICTORA

10 Equidade para toda a vida

POVOS INDÍGENAS

20 "O futuro é indígena"

23 Epidemia do garimpo

24 Mineração em Terras indígenas

ENTREVISTA | OWERÁ

25 Rap ancestral

COVID-19

27 Sob pressão

RADIS 40 ANOS

30 Radis na sala de aula

23 Memória Radis: nosso lado é o SUS

34 SERVIÇO

PÓS-TUDO

35 Nosso planeta, nossa saúde

É PRECISO DIZER NÃO À PEC 191

JUSTA HELENA FRANCO

*“Filho do sol,
também somos da Terra.*

Ela não é nossa.

Nós que somos dela”

Rapper Owerá, canção “Moradia de Deus”

Quem olha de cima logo percebe um mapa de destruição da Floresta Amazônica. O que era beleza hoje são árvores centenárias derrubadas, rios contaminados por mercúrio, pistas de pouso, enormes pastos com milhares de cabeças de gado e áreas desmatadas para dar lugar à exploração de grãos que serão exportados. Homens com motosserras, tratores e balsas avançam sobre as terras indígenas num cenário de desmatamento, contaminação da água e assoreamento dos rios, trazendo como consequência a fome, doenças como a malária, pneumonia e as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), além de alcoolismo, drogas e estupro de crianças e adolescentes indígenas.

Um cenário de brutalidade e tensão vivido por indígenas, ativistas, população ribeirinha, fazendeiros e grileiros que convivem nas mesmas áreas em clima de violência e medo, patrocinados por autoridades que buscam visibilidade e recursos que lhes garantam os votos necessários para permanecer com seus mandatos em Brasília.

Os avanços ilegais que acontecem sob a vista grossa de alguns órgãos ambientais correm o risco de se tornar legais caso seja aprovado o Projeto de Lei (PL) 191 de 2020, encaminhado pelo governo, que autoriza a mineração, exploração florestal e construção de hidrelétricas em terras indígenas, algumas já demarcadas, contrariando a Constituição de 1988. Para a deputada federal indígena Joenia Wapichana: “Tudo que o governo sonhou explorar em terras indígenas está no PL 191”.

Para protestar e resistir contra a retirada de direitos dos verdadeiros guardiões da natureza, indígenas de vários estados e etnias presentes no Acampamento Terra Livre marcharam

pelos ruas de Brasília, como relata o jornalista e editor da Radis Luiz Felipe Stevanim, que também entrevistou o jovem rapper Owerá para esta edição. O artista, em suas músicas, descreve a resistência de seu povo aos mais de 500 anos de colonização para defender da degradação ambiental as terras que habita.

Com uma trajetória a favor da vida e incondicional defesa da ciência, Cesar Victora é motivo de orgulho para todo o Brasil, tendo tido papel de destaque em diversas universidades pelo mundo, entre as quais a de Harvard, Oxford, Johns Hopkins e Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres.

Suas principais contribuições científicas incluem a documentação da importância do aleitamento materno exclusivo até os 6 meses de idade para prevenir a mortalidade infantil que definiram políticas internacionais de amamentação e nutrição infantil — que atualmente são adotadas em mais de 140 países, além de estudos para avaliação do impacto de programas de saúde sobre a mortalidade infantil e sobre desigualdades sociais em saúde.

Victora recentemente protagonizou um ato político com a recusa da promoção da Ordem do Mérito Científico concedida pelo atual governo. Na carta endereçada ao ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, para declinar da homenagem, o pesquisador tornou público sua discordância com o boicote às recomendações da epidemiologia e da saúde coletiva em relação à pandemia por covid-19, com os cortes nos orçamentos federais para a ciência e com as perseguições aos colegas cientistas que foram críticos ao governo por não concordarem com suas teorias negacionistas.

As cartas que chegam à Radis, como parte das comemorações dos 40 anos do Programa e 20 da revista, trazem relatos de como os leitores utilizam os conteúdos que são publicados e sua importância na vida pessoal e profissional de quem a recebe. Os depoimentos deixam toda a equipe entusiasmada com os resultados alcançados. Saber que a informação tão cuidadosamente pensada e escrita é capaz de se comunicar de forma positiva com quem lê a Radis traz sempre a certeza de que a missão aqui, de cada um do Radis, está sendo bem cumprida. E isto será sempre motivo de muito orgulho.

Boa leitura!

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



CARTAS DA PANDEMIA

Radis, como sou agradecida em receber a revista, não no meu nome, mas no nome da minha filha. Nesse tempo de pandemia, todas que recebo estão sendo guardadas numa caixa, junto com fotos de família, pra ninguém esquecer o que nos aconteceu. Para um dos meus netos de três anos poder ler em algum tempo. Sei que não foi a primeira e nem a última pandemia que viveremos, mas sei que os cientistas sempre estarão à postos para nos ajudar e a *Radis* para nos informar. Sou muito grata!

Marly Dala Paula, via Instagram

O trabalho ficou lindo. Nunca achei que escrever carta seria tão difícil e importante para colocarmos nossos sentimentos para fora.

Luís Fernando Cardoso, Belém, PA

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e digital da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa *Radis* de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ

Nísia Trindade
Presidente

ENSP

Marco Menezes
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe

Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO

Luiz Felipe Stevanim
Editor

Bruno Dominguez
Subeditor

Reportagem
Adriano De Lavor, Ana Cláudia Peres, Lícia Oliveira, Liseane Morosini

Arte
Felipe Plauska

Documentação
Eduardo de Oliveira
(arte e fotografia)

Administração
Fábio Lucas, Ingridi Maia da Silva
(estágio supervisionado)

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Edigráfica gráfica e editora Ltda Tiragem 124.850 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



RADIS E SAÚDE MENTAL

Tema super importante. Parabéns, pessoal!
Bruna Martins, via Instagram

RECEBIMENTO DA REVISTA IMPRESSA

Gostaria de suspender o recebimento da Revista *Radis* da forma impressa. Eu a recebi por muitos anos, sempre leio as matérias e aplico no meu trabalho. Eu acho que a revista impressa

neste momento deveria ir para outra pessoa ou instituição. Tenho acessado a revista online. Agradeço muito e admiro o trabalho de vocês.
Sonia Mara de Souza, Campo Mourão, PR

R: Olá, Sonia. Agradecemos a mensagem. Sua assinatura impressa foi cancelada. Continue acompanhando o nosso trabalho pela edição online e nas redes sociais.

RADIS 40 ANOS

Amo essa revista! É um aprendizado em cada leitura, reportagem e edição.
Paula Souza, via Instagram

Eu amo quando a minha *Radis* chega.
Rose Pacheco, via Instagram

Grande revista. Adoro as reportagens.
Ka Monteiro, via Instagram

Venho por meio deste e-mail, primeiramente, desejar os parabéns pelos 40 anos que a *Radis* completou. Uma publicação consolidada que cumpre com excelência um papel muito importante na formação e informação dos leitores brasileiros que se interessam nos temas que relacionam ciência, sociedade, política e cultura no Brasil. Que a *Radis* e a Fiocruz possam por muitos anos ainda nos presentear

todo mês com essas ótimas publicações! Em segundo lugar, gostaria de saber se por acaso houve algum atraso no envio da edição impressa de fevereiro, pois até o momento não a recebi. Perguntei na portaria do prédio algumas vezes, mas ninguém recebeu a revista. Me restou esperar mais um pouco e enviar este e-mail para vocês.

Antônio Ferreira, Rio de Janeiro, RJ



R: Olá, pessoal, ficamos muito felizes com as mensagens e com a confiança em nosso trabalho. Em resposta à mensagem do Antônio: Sim, tivemos um problema com a gráfica e com isso houve um atraso nas edições impressas de fevereiro e março, mas em breve o envio será normalizado. Pedimos desculpas pelo inconveniente e agradecemos a compreensão.



Frente pela Vida lança Conferência Nacional Livre, Democrática e Popular da Saúde

Em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS), a Frente pela Vida lançou a chamada para a Conferência Nacional Livre, Democrática e Popular de Saúde no Dia Mundial da Saúde (7 de abril). A data foi escolhida como um marco para convocar a sociedade brasileira a discutir a importância de garantir saúde gratuita, universal e de qualidade. A conferência será realizada em 05 de agosto de 2022 e faz parte da preparação para a 17ª Conferência Nacional de Saúde, que acontecerá em 2023.

Com a presença de diversas organizações que compõem a Frente pela Vida, movimentos sociais, trabalhadores da saúde, representantes da sociedade civil e ex-ministros da Saúde, o lançamento da Conferência Livre ocorreu na Câmara dos Deputados, em Brasília, com participações presenciais e on-line. Houve um grande consenso entre os palestrantes sobre o papel fundamental do SUS no enfrentamento da crise sanitária provocada pela pandemia de covid-19, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo desmonte e pelo desfinanciamento. Outro ponto destacado nas falas foi a necessidade de revogar a Emenda Constitucional 95, conhecida como “Emenda do Teto de Gastos”, que desde 2016 mantém os gastos sociais congelados, incluindo as verbas para a saúde.

Lúcia Souto, presidente do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes), convidou a todos aqueles que quiserem participar da Conferência em agosto que façam suas contribuições em vídeos, áudios e textos. Há o projeto de criação de comitês populares em todo o país para promover debates entre trabalhadores e usuários do sistema de saúde. Arthur Chioro, ex-ministro da Saúde, comentou que essa troca entre trabalhadores do SUS e sociedade ajuda a dar novos passos. Ele também reforçou a necessidade de criação de um novo modelo de gestão pública, eficiente e com controle social

e destacou a urgência em reconstruir a Política Nacional de Atenção Básica, com a defesa e o avanço na reforma psiquiátrica e mudanças no modelo de cuidado para o enfrentamento das desigualdades de acesso aos serviços especializados, inclusive com o uso intenso da tele saúde.

A luta pela transformação do SUS pode influenciar não só a saúde pública como as condições de vida da população, ressaltaram muitas falas durante o lançamento. “O SUS não foi dado a nós. O SUS é uma conquista, fruto de lutas por reconhecimento, travadas pela sociedade civil, por todos aqueles que compreendem que sem saúde não há democracia”, destacou Elda Bussinger, presidente da Sociedade Brasileira de Bioética (SBB). Segundo Rosana Onocko, presidente da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), a defesa da saúde é fundamental para outras lutas, como a promoção de um sistema produtivo mais justo, uma melhor relação com o meio ambiente e novas relações entre as pessoas.

A defesa da democracia como um todo foi reforçada pelos presentes. Ao dizer que vivemos em uma democracia mutilada, Fernanda Sobral, vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ressaltou que “a atualidade nos oprime, mas o futuro nos pertence”. Já Túlio Franco, coordenador da Rede Unida, lembrou que democracia também é construir um SUS 100% público, com financiamento estatal, pautado no princípio democrático e na participação comunitária: “O outro nome do SUS é solidariedade”, completou. Segundo Sônia Fleury, pesquisadora do Centro de Estudos Estratégicos (CEE) da Fiocruz, o SUS é a concretização das noções de igualdade e cidadania. “O SUS como construção da democracia, como possibilidade de incluir todos os cidadãos como iguais, é a proposta mais revolucionária que nós conhecemos”, pontuou.

“Pandemia ainda é uma ameaça”

“Muito cedo para baixar a guarda”, alertou Carissa F. Etienne, diretora da Organização Pan-americana da Saúde (Opas), em coletiva de imprensa concedida dois anos após o início da pandemia (9/3). Apesar da queda no número de casos (26%) e de mortos (19%) na região das Américas, ela ponderou que não será o otimismo que acabará com a pandemia, informando aumento nos novos casos em alguns países e supondo que a redução nas estatísticas pode estar ligada à diminuição nas testagens.

As Américas responderam por 63% dos novos casos globais da variante ômicron apenas nos primeiros dois meses de 2022, ressaltou Carissa, e mais de 2,6 milhões de vidas foram perdidas na região desde o início da pandemia — o que representa metade do número das mortes globais. “É provável que a covid-19 tenha vindo para ficar. Devemos aprender a conviver com esse vírus e nos adaptar rapidamente às novas mudanças”, sinalizou a diretora da Opas, pedindo aos países que baseiem suas decisões em avaliações de risco e dados de saúde, e que reforcem as orientações de saúde pública se os casos aumentarem — ou surjam novas variantes.

Isso significa que os governos devem se preparar para uma ação rápida, garantir vigilância contínua e disponibilizar testes para a população, mesmo quando a transmissão for baixa. Carissa também manifestou preocupação quanto às desigualdades exacerbadas pela pandemia, destacando que na América Latina e no Caribe, 248 milhões de pessoas ainda não receberam nem uma dose da vacina contra a covid-19.

Governo autoriza aumento nos medicamentos

O governo federal autorizou a alta de até 10,89% no preço dos medicamentos a partir de 1º de abril. O aumento foi anunciado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), no Diário Oficial da União (1/4), e ficou acima da inflação de 2021, que foi de 10,06% de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A imprensa noticiou o aumento, mas deu pouca repercussão ao impacto na vida de brasileiros e brasileiras, em um contexto de empobrecimento da população e alta no preço de outros itens básicos, como alimentos.

Flexibilização criticada

Especialistas criticaram a informação de que o Ministério da Saúde estuda revogar algumas das medidas de prevenção à covid no país. A prerrogativa de declarar o início e o fim de uma pandemia é da OMS e não cabe aos países “rebaixar o status” da covid-19 e definir que ela se tornou uma doença endêmica, declarou a epidemiologista Ethel Maciel ao site da BBC Brasil (3/4).

Em vídeo divulgado pelo Ministério da Saúde (30/3), o ministro Marcelo Queiroga declarou que o alívio de todas as restrições ainda “depende de uma série de análises”, entre elas o cenário epidemiológico, que segundo ele “felizmente ruma para um controle maior, com queda de casos e óbitos sustentadas na última quinzena”, a estrutura do sistema hospitalar e a probabilidade de “ter determinados medicamentos que possuem ação mais eficaz no combate à covid-19 na sua fase inicial, para impedir que a doença evolua para formas graves”.

Ethel considera precipitada qualquer medida que sinalize o fim da pandemia: “Quando acabamos com todas as medidas preventivas e não promovemos campanhas de comunicação para conscientizar e proteger as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, falhamos em reduzir a transmissão do coronavírus”, disse à BBC. Para ela, a capacidade de testagem e vigilância no Brasil ainda é ruim e somente naquele momento (3/4) o medicamento baracitinibe (a que se referiu o ministro) havia sido incorporado à rede pública. O medicamento só estará disponível para casos mais graves, em que há necessidade de hospitalização e oxigenação complementar.

EM 1/4, O BRASIL ULTRAPASSOU A MARCA DE 660 MIL MORTES POR COVID, SEGUNDO OS NÚMEROS REUNIDOS PELO CONSÓRCIO DE VEÍCULOS DE IMPRENSA.



Anvisa aprova Paxlovid

Com que se diga: as vacinas contra a covid-19 continuam como a melhor opção de controle da pandemia. Mas, paralelo a elas, diversos estudos vêm sendo realizados em busca de medicamentos que possuam alta eficácia em prevenir hospitalizações e reduzir a morbimortalidade pela doença. No final de março (31/3), a Anvisa aprovou o uso emergencial do Paxlovid — um antiviral da Pfizer indicado para pessoas que testaram positivo e apresentam risco de evolução para casos graves, são maiores de 18 anos e não precisam fazer uso artificial de oxigênio através de máquinas. Mas a venda do remédio é feita somente sob prescrição médica e o uso não deve ser feito sem acompanhamento médico. De acordo com a decisão da Anvisa, o Paxlovid não está autorizado para início de tratamento em pacientes que requerem hospitalização devido a manifestações graves ou críticas da covid-19. Também não está autorizado para profilaxia pré ou pós-exposição para prevenção da infecção pelo novo coronavírus. “É importante esclarecer ainda que o Paxlovid não é recomendado para pacientes com insuficiência renal grave ou com falha renal, uma vez que a dose para essa população ainda não foi estabelecida”, disse por fim a Anvisa, em nota. A droga já possui aprovação para uso emergencial nos Estados Unidos, nos países da União Europeia, no Canadá, na China, na Austrália, no Japão, no Reino Unido e no México.

FOTO: DIVULGAÇÃO/PFIZER

Nem ivermectina...

Ivermectina não reduz hospitalizações por covid-19. Esse é o resultado do maior estudo feito sobre o medicamento até agora. Realizada pela Universidade McMaster do Canadá e publicado no Wall Street Journal (20/03), a pesquisa mostrou que as 1.400 pessoas com a doença que tomaram o antiparasitário não se saíram melhor do que as que foram medicadas com placebo (tratamento inócuo usado como controle). “Não houve indicação de que a ivermectina seja clinicamente útil”, afirmou Edward Mills, principal autor do estudo. Como rememorou o jornal O Globo (20/3), a droga é usada no tratamento de infecções por parasitas, como piolhos, sarnas e lombrigas. Mas desde o início da pandemia no Brasil, foi promovida de forma controversa como um “tratamento precoce” para covid-19, chegando a integrar o chamado “kit covid”, junto com outros medicamentos sem eficácia contra a doença. Em julho de 2020, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) rejeitou a utilização do remédio para esse fim, mas apesar disso grupos de negacionistas continuaram alardeando de forma fraudulenta seus benefícios.

Nem hidroxiquina

Um outro estudo — dessa vez, realizado no Brasil pela Coalizão Covid-19 — comprovou que a hidroxiquina também é ineficaz como tratamento precoce e não previne internações por covid. Assim como a pesquisa canadense sobre a ivermectina, o estudo nacional não constatou benefícios em relação à hidroxiquina. Realizada com 1.372 pessoas com covid ou forte suspeita de infecção pela doença, a pesquisa contou com a participação de 56 centros de pesquisa brasileiros. Os resultados, publicados (31/3) no periódico especializado The Lancet Regional Health-Americas, apontaram que não houve diferença significativa na ocorrência de hospitalização entre os pacientes que foram medicados com hidroxiquina e aqueles que tomaram placebo. “A interpretação é que os nossos dados, incluindo os da revisão, não apoiam o uso rotineiro de hidroxiquina para prevenir hospitalização por complicações da covid”, disse Álvaro Avezum, diretor do Centro Internacional de Pesquisa do Hospital Alemão Oswaldo Cruz, integrante da Coalizão.



FOTO: REPRODUÇÃO

Saúde do planeta é tema do Dia Mundial da Saúde

Comemorado em 07 de abril, o Dia Mundial da Saúde traz como tema em 2022 “Nosso planeta, nossa saúde”. Com as perguntas: “Somos capazes de reimaginar um mundo onde ar limpo, água e comida estejam disponíveis para todos? Onde as economias estão focadas na saúde e no bem-estar? Onde as cidades são habitáveis e as pessoas têm controle sobre sua saúde e a saúde do planeta?”, os debates promovidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pela Organização Pan-americana da Saúde (Opas) procuram conscientizar sobre como as crises climáticas impactam na nossa saúde.

Segundo a OMS, mais de 13 milhões de mortes por ano ocorrem por causas ambientais evitáveis. O objetivo da campanha deste ano é que ações conjuntas entre populações, governos e empresas possam promover sociedades mais voltadas ao consumo consciente, bem-estar social e a sustentabilidade do meio ambiente para que a longo prazo seja possível reverter os ciclos de destruição do planeta e da saúde humana.

Na mesma semana, no dia 04 de abril, a OMS lançou a atualização de 2022 do relatório sobre a qualidade do ar no mundo. Segundo os dados, 99% da população mundial respira ar que excede os limites de qualidade recomendados pela organização. Atualmente, mais de 6 mil cidades em 117 países fazem o monitoramento. O relatório também informa que, pela primeira vez, foram feitas medições terrestres das concentrações médias anuais de dióxido de nitrogênio (NO2). O novo banco de dados de qualidade do ar é o mais extenso em relação à cobertura terrestre para exposição à poluição do ar, com o acréscimo de 2 mil cidades/assentamentos humanos desde a última atualização em 2018.



FOTO: DIVULGAÇÃO.

Escândalo no Ministério da Educação

Envolvido em denúncias de corrupção, Milton Ribeiro deixou o comando do Ministério da Educação em 28 de março, dez dias após o jornal O Estado de S. Paulo (18/3) revelar a existência de um “gabinete paralelo” no MEC, tocado por dois pastores evangélicos sem cargo oficial na pasta. Segundo a reportagem, os pastores teriam cobrado propina de prefeitos para facilitar a liberação de verbas no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Um dos pastores teria, inclusive, pedido pagamento em ouro a fim de que os recursos para construção de escolas e creches fossem liberados. A Folha de S. Paulo também fez matérias sobre o escândalo e divulgou (21/3) um áudio atribuído ao ex-ministro, no qual ele afirma que a intermediação por meio dos pastores atendia a um pedido de Jair Bolsonaro. Em nota (22/3), Milton Ribeiro não negou o teor da conversa, mas pediu perícia no áudio e isentou o presidente.

“A simples troca de ministro está longe de resolver os problemas da educação”, fez questão de pontuar (28/3) a ONG Todos pela Educação, ao solicitar que as suspeitas sejam apuradas e os envolvidos, responsabilizados. No governo Bolsonaro, já estiveram à frente do Ministério da educação: Ricardo Vélez Rodriguez, Abraham Weintraub, Carlos Alberto Decotelli e Milton Ribeiro. Agora, quem assume a pasta é Victor Godoy, que durante a gestão de Milton Ribeiro respondia como secretário-executivo do ministério.

Ônibus escolares superfaturados

Em nova denúncia, O Estado de S. Paulo (2/4) revelou que o MEC teria tentado superfaturar em mais de R\$ 700 milhões a compra de ônibus escolares. Segundo a reportagem, o governo abriu um processo de licitação para pagar R\$ 480 mil por ônibus escolar destinado ao transporte de estudantes em áreas rurais. No entanto, técnicos do FNDE apontaram que cada veículo deveria custar no máximo R\$ 270 mil. Diante da gravidade das acusações, o Tribunal de Contas da União (TCU) suspendeu, em 5 de abril, o pregão eletrônico bilionário para a compra de 3.850 ônibus.

PrEP injetável no Brasil

A organização internacional Unitaïd, agência global ligada à Organização Mundial da Saúde, anunciou em 18 de março que vai financiar a introdução no Brasil e na África do Sul da versão injetável da profilaxia pré-exposição (PrEP). O tratamento, conhecido como cabotegravir de ação prolongada, consiste em uma injeção que protege do HIV por oito semanas. A PrEP injetável demonstrou ser entre 70% e 90% mais eficaz do que a PrEP oral diária na redução do risco de infecção pelo HIV e requer apenas seis injeções por ano, de acordo com a organização.

No Brasil, a implementação se dará em uma parceria da agência com a Fundação Oswaldo Cruz, sob coordenação do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz) e do Ministério da Saúde.



Por dentro dos apps

“A máquina oculta de propaganda no Ifood”. Esse é o título de uma reportagem que a Agência Pública colocou no ar no início de abril (4/4). Por meio de um sem-número de documentos, fotos e relatos, a repórter Clarissa Levy conduz uma notável investigação jornalística que expõe o modo como empresas de comunicação ligadas ao aplicativo de delivery criaram páginas e perfis falsos e até infiltraram agentes em um protesto. O objetivo: atrapalhar as reivindicações dos entregadores e desmobilizar o movimento conhecido como Breque dos Apps, por meio do qual a categoria reivindicava melhores condições de trabalho — como mostramos na reportagem de capa de *Radis* 215, “O trabalho nas costas”, em agosto de 2020. O material de fôlego produzido pela Pública teve grande repercussão, ficando entre os assuntos mais comentados no Twitter. Confira em <https://bit.ly/3x9SxWb>.

ONU alerta para crise de refugiados na Ucrânia

Em visita à Ucrânia pela primeira vez desde a ofensiva militar russa, o Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (Acnur), Filippo Grandi, apelou para o fim da guerra, ao mesmo tempo em que convocou a comunidade internacional para fornecer apoio aos milhões de civis atingidos pelo conflito. “A velocidade do deslocamento, juntamente com o enorme número de pessoas afetadas, é sem precedentes na memória recente da Europa”, disse Grandi, em notícia publicada no site da Acnur (1/4). O Alto Comissariado estima que mais de 10,5 milhões de pessoas foram deslocadas como refugiados, seja dentro da Ucrânia ou para o exterior, representando cerca de um quarto da população do país, em pouco mais de um mês de guerra.

Língua de sinais no Oscar

Longa No Ritmo do Coração, que retrata a vida de uma família de quatro pessoas, em que apenas a filha mais nova é ouvinte, ganhou o Oscar 2022 em três categorias — melhor filme, melhor roteiro adaptado e melhor ator coadjuvante (Troy Kotsur). A história é uma refilmagem de *A Família Bélier*, produção francesa de 2014, mas na versão americana foram escalados atores surdos.

Troy Kotsur, primeiro homem surdo a vencer um Oscar por atuação, emocionou a plateia com discurso em língua de sinais: “Quero dizer que este prêmio é dedicado à comunidade surda, à comunidade de filhos de pais surdos e à comunidade de pessoas com deficiência. Este é o nosso momento”. 

EQ PARA



FOTO: DANIELA XU

UIDADE TODA A VIDA

O epidemiologista Cesar Victora explica como desenvolveu estudos sobre as condições de saúde da população que influenciaram políticas públicas em todo o mundo

TEXTO DE LISEANE MOROSINI



Em um passeio pelas ruas da cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, é comum que algum morador logo se apresente a Cesar Victora como uma das pessoas nascidas em 1982 e que, desde então, têm seus dados de saúde anotados e tabulados pela equipe coordenada pelo epidemiologista. O estudo de coorte — como é chamado — acompanha, desde o momento do parto, há 40 anos, seis mil recém-nascidos em hospitais no município. Ao longo das quatro últimas décadas, a pesquisa desenvolvida pela Universidade Federal de Pelotas (UFPeL) revelou dados importantes que jogaram luz sobre os reflexos da desigualdade nas condições de saúde. “Fazer parte das coortes é motivo de orgulho para todos”, afirma Victora, em referência a um dos mais longos estudos longitudinais realizados no mundo.

O estudo da Coorte de Nascimento de Pelotas, realizado sistematicamente desde 1982, colocou o nome de Cesar Gomes Victora em destaque na pesquisa científica mundial. Trouxe também evidências de que muitos dos problemas que afetam os adultos têm origem no início da vida, incluindo a gestação. E, ainda, mostrou que estudos de coorte de nascimento poderiam ser implementados com sucesso em países em desenvolvimento, como o Brasil.

À investigação de 1982, seguiram-se as realizadas em 1993, 2004 e 2015, que continuam acompanhando cerca de 20 mil pessoas e permitiram análises comparativas entre gerações. O começo foi difícil, praticamente sem recursos, e feito na casa dos entrevistados. “Os entrevistadores levavam balança para pesar as crianças, antropômetros para medir altura, faziam uma série de aferições em domicílio”, conta o pesquisador à *Radis*. Com os resultados, veio a visibilidade. O estudo de Pelotas teve desdobramentos e transformou o Centro de Pesquisas Epidemiológicas da UFPeL em referência internacional na área.

Médico formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1976, Cesar Victora cursou doutorado na Escola de Higiene e Medicina Tropical da Universidade de Londres, em 1983, e sua trajetória científica ajudou a definir políticas globais em diversas áreas. O pesquisador liderou o primeiro estudo epidemiológico a constatar a relação direta entre amamentação e prevenção da mortalidade infantil. Seu trabalho também identificou que as intervenções nutricionais realizadas nos primeiros mil dias de uma criança são mais importantes que intervenções tardias. “Vimos que o custo-benefício é muito maior se a intervenção nutricional ocorrer entre a gestação e os dois primeiros anos. Vale mais a pena investir na nutrição infantil para melhorar a saúde e o capital humano dos adultos”, afirma.

Além disso, suas pesquisas consolidaram a importância do aleitamento materno exclusivo e serviram de base para a política de amamentação adotada, a partir de 1991, pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Com esses estudos, foi possível relacionar a amamentação exclusiva a efeitos positivos sobre a renda, a escolaridade e a inteligência das crianças. Victora teve também papel decisivo para o desenvolvimento das Curvas de Crescimento Infantil, que resultaram em padrões de referência para a avaliação do crescimento de crianças e que são utilizadas em mais de 150 países.



O epidemiologista tem uma produção de alta relevância e seu nome figura entre os pesquisadores mais citados no meio científico de todo o mundo. Victora avalia que sua pesquisa é ancorada na “epidemiologia de pé descalço” — e fez com que viajasse intensamente e visitasse locais remotos no mundo, como conta à *Radis*. “Durante 20 anos, fiz cerca de 15 viagens por ano, trabalhei em mais de 50 países. Minha especialidade é essa, ir de casa em casa entrevistar, examinar e ver as condições de vida das pessoas”. Foi nessas viagens que o cientista conheceu realidades mais desiguais do que aquela enfrentada no país. “O Brasil tem bolsões de pobreza, mas em certos países o bolsão inclui 90% da população”, compara.

Cesar Victora firmou o caminho para a pesquisa sobre os determinantes sociais em saúde ao identificar, em sua tese, que a condição de saúde de crianças que viviam em minifúndios — onde a renda é menos desigual e as famílias são proprietárias da terra — era melhor do que a de crianças que viviam em áreas de latifúndios. Em 1988, publicou o primeiro livro da coorte de Pelotas, *Epidemiologia da Desigualdade*, em coautoria com os professores Fernando Barros, da UFPeL, e Patrick Vaughan, da



Escola de Higiene e Medicina Tropical de Londres, que foi seu orientador. Juntos, os três pesquisadores formaram uma bem-sucedida rede de colaboração que fortaleceu os estudos no campo da desigualdade e da epidemiologia do ciclo vital, que começa na concepção e atravessa a vida toda.

Cidade situada no extremo sul do Brasil, que foi cenário de três grandes produções televisivas e famosa por seus doces, foi de Pelotas que Cesar Victora respondeu à entrevista por uma multiplataforma de mensagens. Nesta edição, *Radis* traz o perfil de um cientista que há 40 anos está envolvido com pesquisa e que vê com tristeza o êxodo científico. “Estou chegando ao final da minha carreira, fui formado no país e no exterior com dinheiro do contribuinte brasileiro. Acredito que retribuí fazendo pesquisas no Brasil”, afirma. Segundo ele, os cortes na área de ciência e tecnologia têm impactos na qualidade de vida e no SUS, que considera essencial para reduzir as desigualdades. “O SUS e a Estratégia Saúde da Família foram muito positivos. Vejo com muita tristeza que o SUS sempre foi subfinanciado, mas atualmente está bem pior. Tem dinheiro para algumas coisas e não tem para outras mais básicas. É uma tragédia”, resume.

TRAJETÓRIA SINGULAR

Entre tantas premiações, Cesar Victora foi o primeiro e único brasileiro a receber, em 2017, o prêmio Gairdner de Saúde Global, um dos mais importantes da área, pelo conjunto de seus estudos na saúde materno-infantil. Em 2021, venceu o Prêmio Richard Doll em Epidemiologia, a principal premiação científica na área da epidemiologia mundial. Professor emérito da UFPel, Victora ocupa posições honorárias nas universidades de Harvard, Oxford, Johns Hopkins e Londres e é membro do conselho editorial de várias revistas, incluindo o periódico britânico *The Lancet*. Foi um dos fundadores e coordenador científico da iniciativa Contagem Regressiva para 2015 e é um dos líderes da Contagem Regressiva para 2030, que monitora os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O epidemiologista realizou pesquisas em diversos estados brasileiros e ainda atua como pesquisador ou consultor em mais de 40 países, assessorando a OMS e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef). Em 2018, ao receber o título de Doutor Honoris Causa da UFRGS, ouviu que sua carreira foi “singular, improvável e rara”. “Singular”, segundo o orador, o também professor Marcelo Goldani, porque há poucos cientistas brasileiros com o reconhecimento mundial obtido por Victora; “improvável”, porque foi iniciada em um centro sem tradição em pesquisa; e “rara” por acontecer em um país como o Brasil, onde a educação e a ciência não são prioridades.

O centro que não tinha tradição é Pelotas, município que fica a 260 quilômetros de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e que entrou na vida de Victora de forma intencional. Gaúcho, nascido na cidade de São Gabriel, a duas horas da fronteira do Brasil com o Uruguai, ele desejou morar no interior, atuar em medicina comunitária e fazer pesquisa. Por conta do trabalho realizado por Victora e seu grupo, Pelotas se tornou um laboratório a céu aberto e um centro de referência internacional de pesquisas na área de epidemiologia, influenciando políticas globais. Em 2017, sua unidade de pesquisa na área de equidade em saúde, na UFPel, recebeu a designação de Centro Colaborador da OMS para o Monitoramento da Equidade em Saúde, do qual ele é o diretor.

Em Pelotas, Victora conciliou a pesquisa com uma outra paixão, o windsurf, esporte que durante anos o levou “aos lugares mais ventosos do planeta”, como diz. Aos 70 anos, ele revelou que trocou os ventos favoráveis da Lagoa dos Patos, a maior laguna da América do Sul, pela natação, um esporte menos radical. “O esporte foi muito útil para a minha vida, viajei muito para fazer windsurf. Eu trabalhava no computador e, quando fazia aquela pausa, voltava com a cabeça fresca para ter novas ideias. Às vezes eu tinha ideias durante a prática do esporte”, relembra.

Como foi o começo da sua pesquisa com coorte, que é a mais longa em todo o mundo?

Nossas coortes são estudos de base populacional, o que em epidemiologia quer dizer que elas começam com uma população inteira. Em Pelotas, na coorte de 1982, mais de 99% das crianças nasciam no hospital. A gente tinha entrevistadores que recrutavam as mães em todas as maternidades da cidade. Praticamente não tivemos recusas. A população nos recebeu muito bem e começamos a recrutar quase todos os nascimentos. Depois, já com os endereços das pessoas, rastreamos e fizemos visitas em casa. No começo, a gente não tinha instalação, era um grupo pequeno. Como na faculdade não havia espaço para a gente coordenar a pesquisa, aluguei uma sala comercial no centro da cidade com o Fernando Barros [médico, professor Emérito da UFPel], meu colega. Tudo era feito na casa das pessoas. Os entrevistadores levavam balança para pesar as crianças, antropômetros para medir a altura, faziam uma série de aferições em domicílio.

E como foi a continuidade?

Com o tempo, a pesquisa foi se tornando mais visível e conseguimos um bom financiamento. O Ministério da Educação construiu uma sede. Hoje temos um edifício próprio onde as pessoas fazem

os exames. Recrutamos e temos uma boa aderência. Tudo ficou mais sofisticado e não conseguimos fazer o acompanhamento em casa. São exames mais complicados, coletamos sangue, fazemos teste de composição corporal, dados de função pulmonar e cardíaca. Somos extremamente gratos à população de Pelotas que nos recebeu tão bem e continua participando do estudo. Fazer parte das coortes é motivo de orgulho. A gente ficou muito conhecido na cidade e tem esse reconhecimento.

Por que é preciso investir nos primeiros mil dias na vida?

As intervenções nutricionais nesse período são muito mais importantes do que intervenções mais tardias. Se é bom ganhar peso para evitar a subnutrição nesse período inicial, depois de mais ou menos dois anos de idade o ganho excessivo passa a ser ruim pois leva à obesidade na adolescência e na idade adulta. Isso não quer dizer que não adianta fazer nada para uma criança de cinco anos ou um adolescente. Claro que adianta, mas nós vimos que o custo-benefício é muito maior se a intervenção nutricional ocorrer entre a gestação e os dois primeiros anos. Vale mais a pena investir na nutrição infantil para melhorar a saúde e o capital humano dos adultos. Se a criança aos 2 anos tem um déficit, mostramos que esse déficit permanece até a idade adulta. Uma criança que em média é 3 cm mais curta do que deveria ser aos dois anos, será 3 cm mais curta que a média da população adulta.

Há relação entre a subnutrição na infância e a obesidade na idade adulta?

É uma combinação muito perigosa, pois uma criança subnutrida tem uma programação biológica para comer pouco durante toda a sua vida, e depois passa a consumir alimentos extremamente calóricos e gordurosos. A criança se adaptou a ser pequena e não consegue dar conta dessa sobrecarga de nutrientes. Estou falando de comidas ultraprocessadas principalmente, não de alimentos como proteínas de origem animal, verduras e frutas, as quais são mais caras e muitas vezes fora do alcance de famílias pobres. A dieta de crianças em idade escolar e de adolescentes é muito importante na etiologia da obesidade. Por isso que não devemos tratar a saúde do adolescente separadamente da saúde escolar ou do pré-escolar, ou dos primeiros mil dias. Nós publicamos agora em 27 de abril um artigo na revista Lancet que mostra a importância de integrar o desenvolvimento da saúde e do capital humano de 0 a 19 anos. Temos que integrar esse conhecimento para ter um maior impacto sobre a saúde dos adultos de amanhã.

O sobrepeso na vida adulta deriva do excesso de comida?

O problema é a sobrecarga de nutrientes que vem de alimentos baratos e altamente calóricos que são consumidos por grande parte das famílias brasileiras de menor poder aquisitivo. A criança que é obesa na infância também tem risco de continuar obesa a vida inteira. Por isso que a gente fala no crescimento ótimo, que é quando a criança consegue crescer bem sem ganhar peso excessivamente. É um crescimento linear adequado, dentro do prescrito, por exemplo, pelas curvas de crescimento. É ganho de massa magra, não de massa gorda. Se a criança não tem esse crescimento adequado, não vai dar conta da sobrecarga de gorduras e calorias na idade adulta. O ideal é que ela tenha um bom crescimento linear e não tenha sobrepeso.

CURVAS DE CRESCIMENTO

Para monitorar o crescimento e o estado nutricional durante a infância, profissionais de saúde utilizam as curvas de crescimento, um recurso que permite que conheçam seu estado geral individual e também de grupos de crianças ou da comunidade onde vivem. As curvas também são ótimos indicadores para mostrar a responsáveis como anda a saúde de seus filhos e filhas.

Em 1993, um Comitê de Especialistas da OMS ressaltou que o padrão de crescimento que era utilizado tinha problemas, principalmente por ser baseado em crianças amamentadas com fórmulas artificiais. Assim, um ano depois, a OMS recomendou a construção de novas curvas de crescimento infantil evidenciando como as crianças deveriam crescer. Para chegar às referências, foi realizado o Estudo Internacional Multicêntrico que acompanhou 8,5 mil crianças, com idades entre zero e cinco anos, de seis cidades de continentes diferentes, entre 1997 e 2003.

No Brasil, a pesquisa, coordenada por Cesar Victora, foi feita em Pelotas e a cidade realizou o estudo-piloto que depois seria aplicado nos outros centros. Entre tantos achados, a investigação definiu o aleitamento materno como referência para o crescimento ideal. Segundo Cesar Victora, as curvas refletem o crescimento ideal para crianças em qualquer lugar do mundo e hoje são utilizadas em 150 países. Elas permitem avaliar crianças independente de etnia, condição socioeconômica e tipo de alimentação. "Gosto de falar que tenho dois netos. Fernando, nasceu em Boston [nos Estados Unidos], e Arthur em Porto Alegre. É recompensador saber que ambos foram medidos, pesados e 'plotados' [com dados anotados] na curva que o avô deles ajudou a desenvolver", observa.



Que pontos o senhor destaca nos resultados dessa pesquisa?

O primeiro é o capital humano quando vemos se a criança está alcançando o seu potencial de desenvolvimento físico e intelectual. Ou seja, se ela cresce adequadamente. Isso pode ser avaliado pela altura que ela atinge na idade adulta. A gente sabe que crianças que são subnutridas na infância se tornam adultos baixos. O segundo ponto é que podemos medir a inteligência porque cerca de 70% do crescimento do cérebro se dá até os dois anos de vida. Uma criança que não teve um desenvolvimento adequado no começo da vida terá um nível de inteligência inferior ao seu potencial genético. Ela seria mais inteligente se não fosse afetada pela subnutrição e se o seu cérebro tivesse se desenvolvido de forma adequada.

Que problemas foram detectados na vida adulta das pessoas que foram acompanhadas na pesquisa?

Doenças crônicas como obesidade, sobrepeso, hipertensão ou diabetes, que são uma epidemia no Brasil, têm uma prevalência muito alta e são determinadas em grande parte pelos hábitos alimentares e pela atividade física que ocorre no começo da vida. Nós temos quatro coortes em Pelotas que evidenciam um aumento progressivo na prevalência dessas doenças, mesmo em crianças e em adolescentes. Com o Brasil enfrentando um período de transição nutricional, nós já passamos de uma época em que a maior preocupação era a subnutrição. Os jovens de hoje sofrem de uma dieta hipercalórica devido principalmente ao excesso de alimentos ultraprocessados. Esse comportamento é que leva ao desenvolvimento da obesidade precoce e todas as consequências da doença, como uma série de tipos de câncer, hipertensão ou diabetes.

COORTES: ESTUDO LONGITUDINAL

As Coortes de Nascimento de Pelotas — de 1982, 1993, 2004 e 2015 — seguem acompanhando cerca de 20 mil participantes. De forma regular, com informações medidas de tempos em tempos, as investigações sobre aleitamento, nutrição e crescimento infantil ajudaram a entender os efeitos que fatores nutricionais exercem ao longo de toda a vida sobre saúde física, desenvolvimento cognitivo e saúde mental. Por meio desses resultados, é possível conhecer o perfil dos brasileiros que hoje sofrem com dieta hipercalórica devido principalmente ao excesso de alimentos nocivos à saúde, como os ultraprocessados.

O estudo de coortes foi iniciado pelo médico pediatra, então professor da Universidade Católica de Pelotas, Fernando Barros, depois de perceber que a metodologia era uma maneira eficaz para estudar a história natural das doenças e analisar a influência de fatores precoces sobre o processo de adoecer da vida adulta. Victora se juntou ao projeto no fim de seu doutorado e, juntos, eles prepararam o primeiro acompanhamento da coorte e todas as suas etapas subsequentes até os dias de hoje.

Victora contou à *Radis* que cada coorte tem entre 4 e 6 mil pessoas. “O número de nascimentos em Pelotas vem caindo, o que se observa no Brasil inteiro, e cada vez que a gente convoca a coorte usamos uma equipe de pelo menos 50 pessoas para fazer o acompanhamento”, explica. No momento, a equipe termina um acompanhamento da coorte de 2015, com crianças que agora estão com sete anos, e começa o acompanhamento da coorte de 2004 que está com 18 anos. “A coorte de 82 vimos com 30 anos e a próxima visita será com 40, ainda em 2022”, salienta.



“O importante é entender que as desigualdades em saúde são multidimensionais e multisetoriais e estão associadas com políticas de educação, transporte, água e saneamento, ambiente em sentido mais amplo”

AMAMENTAR É PRIORIDADE

Em 2016, a revista *Lancet* publicou uma série sobre amamentação, coordenada por Cesar Victora, que mostrou que a amamentação exclusiva até os seis meses estava associada a maiores níveis de inteligência, escolaridade e renda financeira na idade adulta. “Nas nossas coortes em Pelotas, a gente observou que as crianças que foram amamentadas por mais tempo mostraram que têm desenvolvimento cerebral e inteligência mais elevados. E o aumento da inteligência persiste até pelo menos 30 anos de vida”, afirmou à *Radis*. Desde então, o pesquisador tem a receita para garantir saúde: “O aleitamento exclusivo significa dar só o peito da mãe até os seis meses e mais nada, sem chá, água, outro leite ou sucos. O leite em pó nunca vai conseguir substituir ou imitar o leite materno”, ressalta.

Os resultados desses estudos foram incorporados pela OMS em suas recomendações sobre amamentação. De acordo com Victora, o Brasil foi usado como referência. No período estudado, entre 1982 e 2015, a pesquisa comprovou que o aleitamento exclusivo reduz em 14 vezes o risco de morte infantil por diarreia e em 3,6 vezes por doenças respiratórias, principalmente em populações mais pobres, indicando que as desigualdades influenciam diretamente nas oportunidades de viver ou não com saúde e na qualidade de vida. O estudo mostrou que crianças amamentadas por mais de um ano tinham escolaridade 10% superior às que não completaram um mês de alimentação com leite materno e as que tinham maior período de amamentação tornaram-se adultos com renda 33% superior aos que não receberam leite materno por mais de 30 dias.

A série mostrou também que amamentar é importante para reduzir os gastos assistenciais e promover o desenvolvimento social e econômico via aumento da inteligência e da produtividade. O estudo calculou que o impacto econômico se todos os indivíduos tivessem sido amamentados por mais tempo resultaria em um ganho de 302 bilhões de dólares ao ano em todo o mundo.

FOTO: DANIELA XU

O que foi observado em relação à saúde das crianças nesses 40 anos?

Em quase quatro décadas, a gente observou que a prevalência de sobrepeso e obesidade em crianças de Pelotas está aumentando. São crianças de dois ou quatro anos de idade. É preocupante porque isso vai afetar a relação da saúde da população e sobrecarregar o sistema de saúde em um momento em que as doenças não transmissíveis já representam uma carga enorme. A boa notícia é que o desfecho da obesidade pode ser controlado pela promoção da atividade física e do controle do consumo de alimentos nocivos, como os ultraprocessados.

De que forma o aleitamento materno repercute positivamente na saúde?

O aleitamento é importante porque o leite materno contém uma série de substâncias essenciais, compostos como ácidos graxos saturados que formam a arquitetura do órgão cerebral. Tem outras substâncias neuroativas e células-tronco que também podem contribuir para o desenvolvimento do cérebro da criança. Vimos que o leite materno está associado a maiores níveis de inteligência, escolaridade e renda financeira na idade adulta. Esse achado é consistente com estudos feitos em outros países.

É possível concluir que uma criança é mais inteligente que outra apenas porque foi amamentada?

O nosso estudo foi baseado em comparar crianças com diferentes durações do aleitamento com aquelas que não foram amamentadas. É claro que a inteligência é multidimensional e multicausal, sendo afetada por inúmeros determinantes como a genética, a estimulação precoce, a qualidade da escola que a criança frequenta na infância e adolescência, e não apenas a amamentação. Nós conseguimos isolar esse efeito. Isso não quer dizer que toda criança amamentada seja um gênio e toda criança que não foi amamentada tenha um QI mais baixo.

O que é preciso para ter sucesso na amamentação?

É importante ter a ajuda de toda a sociedade. Começa pela família, amigos, redes sociais, serviço de saúde e as políticas nacionais. As autoridades, pressionadas pela sociedade civil, precisam garantir uma duração adequada da licença-maternidade, de seis meses ou mais. Tem que exigir que os locais de trabalho tenham locais para coleta de leite para que a mãe possa levar o leite materno para casa. É preciso controlar a propaganda nociva de substitutos do leite materno. A decisão de amamentar é uma decisão coletiva, do país inteiro. Quando escrevemos a série Lancet Amamentação, em 2016, que eu coordenei, eu dizia na capa da revista que o sucesso da amamentação é uma responsabilidade da sociedade e que não se deve culpar as mulheres que não conseguem amamentar num contexto em que a amamentação não é favorecida e promovida em todos os níveis da sociedade. A mulher tem que ser apoiada.

O que o senhor acha do marketing promovido pela indústria de produtos que competem com a amamentação?

A indústria de leite em pó adiciona componentes nas suas fórmulas, mas não consegue imitar a composição do leite materno. Ele é uma substância viva, tem células, tem compostos com propriedades antimicrobianas, tem anticorpos. É preocupante que continuem a solapar e a tentar afetar programas de

promoção do leite materno. Nós temos um Código Internacional de Comercialização de Substitutos do Leite Materno, aprovado no Brasil, que está desatualizado. Ele fala em propaganda no rádio, na TV, nos supermercados, em outdoor. O grosso dessa promoção ocorre via mídia social e em grupos de WhatsApp. Além de desatualizado, o código tem brechas e não é implementado como deveria ser.

Como vê a parceria da Sociedade Brasileira de Pediatria com a Nestlé, empresa que patrocina cursos e eventos para médicos pediatras?

Fico preocupado com a promoção de eventos e congressos científicos com o patrocínio de entidades científicas por indústrias de medicamentos, equipamentos, e, em especial, de alimentos substitutos do leite materno. Isso é reconhecido como conflito de interesses em vários países, sendo proibidos tais formas de patrocínio. A Sociedade Brasileira de Pediatria vem cumprindo, há muitos anos, um papel importante na promoção do aleitamento materno, inclusive tem um comitê de departamento de aleitamento materno muito competente e ativo, do qual participam vários amigos meus. Mesmo assim, creio que cortar totalmente os laços com a indústria seria importante para evitar reais conflitos de interesse, ou pelo menos evitar a aparência de possíveis conflitos que poderiam ocorrer.

A pesquisa científica é importante para o desenvolvimento de um país? Por quê?

Ela é um investimento no futuro de um país. Países como a China e a Coreia do Sul, que há 50 ou 70 anos eram tão ou mais pobres que o Brasil, investiram pesadamente em ciência e tecnologia e hoje são países desenvolvidos e ricos. Infelizmente, o Brasil não tem essa visão. Tivemos alguns governos nos últimos 20 anos que investiram na ciência, mas nos últimos cinco anos a gente constata uma reversão de muitos progressos. Está sendo muito difícil manter pesquisadores de alto nível aqui. Temos programas de pós-graduação bons, que formam pessoas excelentes, e que são atraídas por salários e melhores condições de trabalho em outros países. Eu estou chegando ao final da minha carreira científica, fui formado no país e no exterior com dinheiro do contribuinte brasileiro. Acredito que retribuí fazendo pesquisas por 40 anos aqui no Brasil, mas atualmente o cenário é negativo.

Durante a pandemia de covid-19, o Epicovid, uma das pesquisas conduzidas pelo seu grupo, teve resultados contestados e pesquisadores perseguidos. Quais os impactos dessa postura anticência?

O Epicovid foi um estudo muito ágil. Menos de um mês depois do primeiro caso no Rio Grande do Sul, nós já tínhamos um estudo de base populacional para saber a verdadeira magnitude da pandemia. No início, de cada sete casos de covid, apenas um era relatado nas estatísticas oficiais. Evidenciamos desigualdades e apresentamos resultados sobre diferenças sociais e étnicas, com alta prevalência de anticorpos nos indígenas, negros e pardos. No momento em que houve uma troca [na gestão] no Ministério da Saúde, o ministério tentou censurar esses resultados, mas optamos por divulgá-los na imprensa nacional. Alguns pesquisadores foram perseguidos, como o coordenador do Epicovid, Pedro Hallal, meu ex-orientando, que depois foi reitor da UFPel e voltou agora para a epidemiologia.

BASTA AO NEGACIONISMO

No final de 2021, Cesar Victora recusou a promoção da Ordem do Mérito Científico, maior honraria dada a pesquisadores pelo governo brasileiro. Victora já tinha sido agraciado, em 2008, com o grau de comendador e, com a homenagem, passaria à classe superior de Grã-Cruz. A recusa foi feita em carta dirigida, em 5 de novembro, ao ministro da Ciência, Tecnologia e Inovações, Marcos Pontes, em que justificou a forte oposição às decisões tomadas pelo governo federal no enfrentamento à pandemia. Na carta, o cientista afirmou que o governo não apenas ignorou, mas “ativamente boicotou as recomendações da epidemiologia e da saúde coletiva”. Além disso, citou “o negacionismo e os recentes cortes nos orçamentos federais para a ciência”, que estavam sendo “utilizados como ferramentas para retroceder os importantes progressos alcançados pela comunidade científica brasileira nas últimas décadas”.

O pesquisador também afirmou ao ministro que não compactuava com as perseguições a colegas cientistas, entre eles, o epidemiologista Pedro Hallal, ex-reitor da UFPel e coordenador do Epicovid (Estudo de Prevalência da Infecção por Coronavírus no Brasil), o maior estudo epidemiológico do coronavírus no país. Conduzido em 133 municípios brasileiros em 2020, o Epicovid trouxe informações que contrariaram e não foram bem recebidas pelo governo federal, como, por exemplo, o número de infectados por covid-19 ser cerca de seis vezes maior que o divulgado oficialmente. Pedro Hallal e sua família passaram então a ser ameaçados e perseguidos nas redes sociais.

Victora reconheceu que é difícil reagir às “milícias digitais, que atuam com completa ignorância do conhecimento científico”, em conversa com a *Radis*. “Temos a convicção do conhecimento válido num mundo onde o palpite, a achologia e o viés são às vezes muito mais divulgados que o conhecimento sólido. Temos toda uma metodologia de fazer pesquisa, de divulgar os resultados em revistas revisadas por pares; e uma pessoa acreditada em um boato na internet, divulga, prejudica um trabalho de muito tempo e persegue os pesquisadores. Mesmo governantes perseguem pesquisadores sérios, o que é pior ainda”, conclui.



doutorado, em 1983, minha tese foi sobre propriedade da terra e saúde da criança, mostrando que as crianças que viviam em áreas de latifúndio tinham piores condições de saúde que as crianças em áreas de minifúndio, onde a sua família era proprietária da terra. Depois, em 1988, publicamos o primeiro livro da coorte de Pelotas, o *Epidemiologia da Desigualdade: um estudo longitudinal de 6 mil crianças brasileiras*, com coautoria do Fernando Barros e Patrick Vaughan [professores]. Um livro do qual tenho muito orgulho. Tive a satisfação de ver que no Brasil, entre os anos 80 e 2010, houve uma redução das desigualdades regionais e sociais fruto de políticas pró-igualdade de governos anteriores. Isso me deixou muito feliz, muito otimista por vários anos, mas infelizmente muito do progresso atingido parece estar sendo revertido em anos recentes.

Que erros o senhor aponta na condução da pandemia de covid-19?

Eu acho que o principal erro foi ignorar a ciência. Não entro no debate sobre o uso da máscara, distanciamento social e vacinas, sobre os quais há consenso na comunidade científica séria. Não apenas ignorar a ciência, mas ativamente contrariar a ciência. Isso continua sendo a bandeira do governo federal.

Como o senhor se aproximou do tema da desigualdade?

Durante a faculdade, eu participava de movimentos de saúde coletiva e fiquei chocado com a desigualdade em saúde no país, particularmente no governo militar. Isso me levou a optar por medicina comunitária e trabalhar em favelas. No

Qual a importância de pesquisas sobre desigualdade em saúde?

Essas pesquisas são importantes por motivos éticos e relativos aos direitos humanos, mas também por motivos práticos. Elas permitem direcionar as intervenções do serviço de saúde e também em outros setores. Elas podem melhorar nossos serviços e garantir que as pessoas que mais precisam sejam alcançadas. Mas o importante é entender que as desigualdades em saúde são multidimensionais e multisetoriais e estão associadas com políticas de educação, transporte, água e saneamento, ambiente em sentido mais amplo. Se não tivermos políticas adequadas e bem-sucedidas como o SUS e a Estratégia Saúde da Família, o setor saúde tende a aumentar a desigualdade, que é o que ocorria no Brasil até 1990 e 1995.



TO: DANIELA XU

Na sua avaliação, qual o papel do SUS na redução da desigualdade?

As desigualdades regionais e entre grupos sociais, e mesmo as desigualdades entre grupos étnicos no Brasil, foi muito reduzida em função da criação do SUS, da sua expansão pela Estratégia Saúde da Família. Isso foi muito positivo. E a gente vê com muita tristeza que o SUS sempre foi subfinanciado, mas atualmente está bem pior. Tem dinheiro para algumas coisas e não tem para outras mais básicas ainda. Isso é uma tragédia.

O senhor fez muitas viagens a trabalho. O que traz em sua bagagem depois que toma contato com outras realidades?

Durante 20 anos, fiz cerca de 15 viagens por ano, trabalhei em mais de 50 países. Eu ia para o interior olhar o serviço de saúde, fazer inquéritos. Foi muito bom para conhecer realidades que são bem piores do que aquelas que a gente enfrenta em boa parte do Brasil. O Brasil tem bolsões de pobreza, mas em certos países o bolsão inclui 90% da população. A minha especialidade é essa, ir de casa em casa entrevistar, examinar e ver as condições de vida das pessoas. É a epidemiologia de pé descalço que a gente faz até hoje.

O que é o programa de monitoração de equidade de saúde, que está ligado à universidade?

Nosso observatório global é o Centro Internacional de Equidade em Saúde (www.equidade.org) o qual eu coordeno junto com o professor Aluísio Barros. O Centro produz informações para OMS, Opas, Unicef, PNUD e uma série de agências diferentes. Os dados de desigualdade que estão

SERVIÇO

Epidemiologia da desigualdade: quatro décadas de coortes de nascimentos apresenta os principais resultados de um grande conjunto de pesquisas que contribuíram diretamente para a elaboração de políticas públicas de saúde materno-infantil no Brasil e no mundo. Escrito por Cesar Victora, Antônio Augusto da Silva, Fernando Barros e Mariângela Freitas da Silveira, com a colaboração de 26 pesquisadores, o livro foi editado pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) com apoio do PPGE/UFPel. Em nove artigos são analisados e interpretados dados relacionados à história reprodutiva e antropometria maternas; à atenção pré-natal e desfecho dos partos; e às condições de vida do primeiro ano dos bebês, incluindo questões antropométricas, mortalidade infantil, taxa de hospitalização, aleitamento materno exclusivo nos primeiros seis meses, e nutrição e alimentação.

Epidemiologia da Desigualdade

quatro décadas de coortes de nascimentos

Cesar G. Victora
Fernando C. Barros
Mariângela Freitas da Silveira
Antônio Augusto M. Silva
organizadores



no site da OMS (WHO Health Equity Monitor) são feitos em Pelotas. Recolhemos inquéritos de diversos países e analisamos. Essa análise mostra desigualdades muito importantes. Observamos que são poucos os países que não têm desigualdades étnicas, sociais e de gênero. Fico muito feliz em ter conseguido criar um centro internacional para aumentar a visibilidade da questão da equidade. Precisamos mudar as políticas de saúde para priorizar os grupos mais pobres, carentes e excluídos. Nosso trabalho em Pelotas contribui diretamente para medir essas desigualdades, inclusive para monitorar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável [ODSs].





Acampamento Terra Livre afirma protagonismo dos povos originários na defesa do planeta

LUIZ FELIPE STEVANIM

“**N**ossos territórios não estão à venda!” A frase-manifesto balança ao vento ao lado da bandeira do Brasil, como síntese da resistência dos povos originários contra o avanço da violência, da mineração, das invasões e do desmatamento em seus territórios. A cena foi registrada no fim da tarde de 5 de abril, durante a 1ª marcha do Acampamento Terra Livre (ATL), que aconteceu em Brasília entre os dias 4 e 15 de abril. Ao chegar em sua 18ª edição, a maior mobilização indígena do país reuniu cerca de 7 mil pessoas e mais de 200 povos em defesa da demarcação das terras indígenas e contra a agenda de devastação proposta pelo governo federal e que tramita no Congresso Nacional.

Pelas ruas de Brasília, outra imagem marcante lembra que não há futuro para o planeta Terra sem os povos indígenas, responsáveis pela preservação de grandes áreas de floresta. Contra o passado e o presente de destruição, uma faixa carregada à frente da manifestação sintetiza que “o futuro é indígena”. “A nossa luta não tem fronteiras. O que existe para nós é a unidade para defender a Mãe Terra, que está gritando e pedindo socorro”, afirmou Sônia Guajajara, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) durante a abertura do ATL (5/4).



A mais recente ameaça aos povos originários, alerta a Apib, é o Projeto de Lei (PL) 191 de 2020, de autoria do governo federal, que pretende liberar a mineração em terras indígenas. Em 9 de março, a Câmara dos Deputados aprovou a tramitação do projeto em regime de urgência, por 279 votos a 180, após requerimento do líder do governo, deputado Ricardo Barros (PP-PR). A pressa em ver a lei aprovada foi justificada pelo próprio presidente da República, Jair Bolsonaro, no início de março: ele argumentou que as exportações brasileiras foram afetadas pela guerra na Ucrânia, pois a Rússia é uma das principais fornecedoras de fertilizantes para o Brasil, dentre eles o potássio, e que seria necessário abrir as terras indígenas para exploração. Contudo, um levantamento feito pelo Instituto Socioambiental (ISA) revelou que os requerimentos para extração de potássio em terras indígenas (TIs) representam apenas 1,6% das jazidas requeridas para atividade.

Na realidade, o PL 191 se soma a outros projetos que tramitam no Congresso Nacional e afetam o direito dos povos indígenas a suas terras, garantido pela Constituição Brasileira de 1988 (veja na página 24). Além de legalizar o garimpo e a mineração nesses territórios, o PL abre brechas para a construção de estradas, hidrelétricas e outras obras associadas à atividade mineradora e viola o direito à consulta prévia, livre e informada, como destacou nota técnica da Abip sobre o tema (11/3).



“O governo aproveitou o contexto de isolamento social com a pandemia de covid-19 para propor projetos de leis que prejudiquem os povos indígenas”

Kerexu Yxapyry, coordenadora da Apib

Como um clamor da floresta, os indígenas presentes no ATL lançaram uma carta aberta, em 5 de abril, com apoio da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas (FPMDDPI), que denuncia os problemas jurídicos e de inconstitucionalidade do PL 191. “É um projeto que atropela a Constituição Federal e ataca, mais uma vez, os direitos dos povos originários do Brasil”, diz o texto.

Em sua fala, Sônia Guajajara fez um chamado para que toda a sociedade conheça e apoie a luta indígena, com um alerta sobre a situação de emergência vivida nos territórios, pois são questões que têm impacto climático e terão consequências para toda a humanidade. “Nós não estamos dando conta mais dessa linha de frente sozinhos: de barrar o avanço da mineração, do garimpo ilegal, da exploração de nossos territórios, da retirada de madeira e da expansão do agronegócio”, apontou.

Com a proposta de “aldear a política” para proteger os territórios e fazer valer os direitos originários, o ATL destacou o protagonismo e a diversidade do movimento indígena, incluindo mulheres, jovens e LGBTQIA+. Representante do povo Guarani Mbya, além de coordenadora da Comissão Guarani Yvyrupa e também coordenadora executiva da

Apib, Kerexu Yxapyry lembrou que a Constituição de 1988 garante não apenas a demarcação de terras, mas a saúde, a educação e a preservação do modo de vida de cada povo. “O governo aproveitou o contexto de isolamento social com a pandemia de covid-19 para propor projetos de leis que prejudiquem os povos indígenas”, disse durante a abertura do ATL, ressaltando ainda que os “nossos anciãos conseguiram resistir” desde 1500.

Já o coordenador executivo da Apib pela Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoime), Dinamam Tuxá, ressaltou que os povos indígenas sempre viveram sob a ameaça de retrocessos, extermínio e genocídio. “O genocídio é praticado e executado pelo próprio Poder Público, poder esse que tem a obrigação constitucional de proteger os povos indígenas e os seus territórios. Infelizmente, ao longo da história, principalmente até a década de 1970, vivemos um verdadeiro extermínio”, pontuou. Contudo, ele ressaltou que o movimento indígena está vivo, “ao contrário dos que os pesquisadores afirmam e do que os governos desejaram”. “Essa diversidade de 305 povos e de um milhão de indígenas em 2022 é reflexo da nossa resistência”, destacou.

A mãe do Brasil é indígena: uma das discussões levantadas no ATL foi o protagonismo das mulheres indígenas na defesa dos territórios

Epidemia do garimpo

“O garimpo tem se espalhado como uma epidemia sobre as Terras Indígenas no país”. A constatação parece apenas uma metáfora, mas retrata um cenário desolador de “rios contaminados, florestas destruídas, comunidades inteiras devastadas”. Essa é uma das conclusões da quarta edição do relatório *Cumplicidade na Destruição*, publicado em fevereiro pela Apib e pela organização Amazon Watch. O propósito do documento é entender “como mineradoras e investidores internacionais contribuem para a violação dos direitos indígenas e ameaçam o futuro da Amazônia” — para isso, traça uma espécie de mapa da mineração em terras indígenas e não hesita em apontar os responsáveis.

O mar de lama provocado pelos vazamentos de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, e que afetaram as comunidades indígenas que viviam no entorno do rio Doce não é o único envolvimento desastroso da Vale com mineração que impacta sobre a saúde indígena. No Pará, o projeto Onça Puma, mantido pela companhia para exploração de níquel no Rio Cateté, afeta os povos Xikrin e Kayapó que vivem na região. Um estudo realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) constatou que 100% dos indivíduos que habitam o entorno estão com seus organismos contaminados por pelo menos um metal pesado “em grau alarmante”. Até novembro de 2021, a Vale detinha 75 requerimentos ativos de exploração com sobreposições em TIs na Amazônia no sistema da Agência Nacional de Mineração (ANM), aponta o relatório.

“A contaminação das águas, solos e deterioração da saúde de diversos povos indígenas e comunidades tradicionais segue avançando com casos de vazamentos no Maranhão e no Amazonas em 2021”. O relatório traz ainda um alerta: se o PL 191 for aprovado, uma área de Floresta Amazônica maior que a superfície da Inglaterra — equivalente a 160 mil km² — pode ser destruída (veja dados abaixo). “O desmatamento ligado à mineração na Amazônia aumentou 62% em 2021, em relação a 2018, ano da eleição

de Jair Bolsonaro para a presidência do Brasil”, diz ainda o documento. A mineração é também uma das atividades que mais mata defensores do meio ambiente — com 722 casos de conflito e 17 mortos em 2020.

Outro relatório, publicado pela Hutukara Associação Yanomami (HAY) com apoio do ISA, em 11 de abril, revela que o garimpo ilegal avançou 46% na TI Yanomami em 2021 em comparação com 2020. Com o título *Yanomami sob ataque*, o documento mostra que 273 das 350 comunidades indígenas e 16 mil pessoas estão sendo afetadas pela invasão dos garimpos. Apesar de ilegais, as atividades de extração de ouro estão plenamente estabelecidas em diversos pontos da maior terra indígena do país, com construção de mercados, aeroportos clandestinos, pousadas e acesso à internet. Além do desmatamento e da morte de rios, “a extração ilegal de ouro (e cassiterita) no território yanomami trouxe uma explosão nos casos de malária e outras doenças infectocontagiosas, com sérias consequências para a saúde e para a economia das famílias, e um recrudescimento assustador da violência contra os indígenas”, diz o relatório.

O relatório produzido pelos Yanomami traz ainda uma série de denúncias sobre violência e assédio sexual, revelando que garimpeiros teriam exigido sexo com meninas e mulheres indígenas em troca de fornecimento de comida nas aldeias. As denúncias levaram o Ministério Público Federal a apresentar à Justiça Federal novo pedido que obriga a União a retornar as ações de proteção e operações policiais contra o garimpo ilegal na TI Yanomami.

As acusações receberam ampla repercussão na imprensa e reacenderam a violência na região. Em um conflito armado na comunidade Pixahenabi, que é contrária à mineração, deixou cinco pessoas feridas e pelo menos dois mortos, de acordo com informações fornecidas pelo presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena Yanomami e Ye’kuana (Condisi-YY), Júnior Hekurari Yanomami ao jornal *O Globo* (12/4).



SAIBA MAIS

Cumplicidade na Destruição IV: <https://cumplicidadedestruicao.org/>Yanomami sob ataque: <https://bit.ly/377YOYa>Nota da Apib sobre o PL 191: <https://bit.ly/3vfWOFj>

Mineração em terras indígenas

- 160 MIL KM2 DE FLORESTAS PODEM DESAPARECER SE O PL 191 FOR APROVADO
- QUASE 2,5 MIL REQUERIMENTOS MINERÁRIOS ATIVOS DE 570 EMPRESAS SOBREPOSTOS A 261 TERRAS INDÍGENAS
- 3 DE CADA 4 HECTARES MINERADOS ESTAVAM NA AMAZÔNIA EM 2020 (72,5% DE TODA A ÁREA MINERADA NO PAÍS)
- GRANDES EMPRESAS ENVOLVIDAS: VALE, ANGLO AMERICAN, BELO SUN, POTÁSSIO DO BRASIL, TABOCA/MAMORÉ (GRUPO MINSUR), GLENCORE, ANGGOLD ASHANTI E RIO TINTO
- ENTRE 2016 E 2021, ESSAS EMPRESAS RECEBERAM 54,1 BILHÕES DE DÓLARES EM FINANCIAMENTO DO BRASIL E DO EXTERIOR

Fonte: Relatório Cumplicidade na Destruição IV (Apib e Amazon Watch)

PACOTE DA DEVASTAÇÃO

PL 191/2020: autoriza a mineração em terras indígenas, enfraquecendo o direito à consulta prévia, livre e informada.

PL 490/2007: altera as regras para a demarcação de terras indígenas.

PL 2.633/2020: Conhecido como "PL da Grilagem", amplia a regularização fundiária, reconhecendo o título de terras que foram invadidas.

Marco Temporal: O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a questão do Marco Temporal começou em 2021 e deve continuar em junho. O Supremo decide a validade ou não da tese de que somente teriam direito à demarcação os povos indígenas que estivessem ocupando as terras até a data de 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a Constituição de 1988. De acordo com a Apib, a tese do Marco Temporal contraria a própria Constituição, que prevê que o direito dos indígenas às suas terras é originário, isto é, antecede a formação do Estado brasileiro. A decisão terá repercussão geral sobre todos os processos de demarcação no país.

ENTREVISTA
OWERÁ

Rap ancestral

Das águas da Represa Billings, no extremo Sul da cidade de São Paulo, surge a figura de um jovem indígena ao som da profecia narrada na língua guarani: “Existe uma lenda Guarani muito antiga, contada pelos nossos ancestrais. Ela diz que das águas nascerá um guerreiro que levará o seu povo a uma nova existência”. Na sequência, a voz do rapper Owerá — também conhecido como Kunumi MC — descreve a resistência de seu povo aos cinco séculos de colonização e os impactos provocados ainda hoje pela degradação ambiental. Assim começa o clipe da canção “Xondaro Ka’aguy Regua” [em tradução livre: “Guerreiro da floresta”] em que o rapper nativo — como ele mesmo se define — une passado e presente para levar a mensagem de luta dos povos originários.

Da Aldeia Krukutu para o mundo, o rapper Owerá, do povo Guarani Mbya, descobriu na música uma ferramenta de expressão. “Pra mim, o rap é comunicação e resistência. É minha forma de comunicar, de levar a minha mensagem e do meu povo”, contou à Radis, enquanto participava do Acampamento Terra Livre, em Brasília. Em suas canções, que misturam versos em português e guarani, cânticos sagrados e denúncia social, ele fala sobre demarcação de terras, preservação ambiental, preconceito, valorização das culturas indígenas e a presença da espiritualidade no cotidiano. “Filho do sol, também somos da Terra. Ela não é nossa. Nós que

somos dela”, diz, na canção “Moradia de Deus” (Assista: <https://bit.ly/3jwbsmk>).

A aldeia onde Owerá nasceu fica na Terra Indígena Tenondé Porã, às margens da Represa Billings, na região metropolitana de São Paulo, uma área cercada por Mata Atlântica, que para o povo Guarani é considerada sagrada. Aos 21 anos, o jovem rapper e ativista, cujo nome de nascimento é Werá Jeguaka Mirim, adotou o nome artístico Kunumi MC, que significa “jovem”, na língua de seu povo. Ele é filho do escritor indígena Olívio Jecupé, autor de mais de 20 obras de literatura nativa, em sua maioria para o público infante-juvenil — dentre elas o livro “O presente de Jaxy Jaterê”, que conta a origem indígena do Saci.

Recentemente, o rapper adotou o seu nome Guarani, Owerá, que significa “raio” — a mudança também foi um passo de amadurecimento em sua carreira. “Quando canto a minha língua, sou um indígena do passado. Ao mesmo tempo, sou um indígena que vive o presente. O rap que a gente canta é de esperança para tentar conseguir no futuro demarcar as nossas terras”, afirma.

Na abertura da Copa do Mundo de 2014, aos 13 anos, Owerá ficou conhecido no mundo todo por quebrar o protocolo ensaiado pela Fifa e levantar a faixa “Demarcação Já”. Ele foi uma das três crianças escolhidas pelo cerimonial do evento — uma branca, uma negra e uma indígena — para

representar a paz. “Mas como eu iria representar algo que não temos na aldeia?”, escreveu recentemente sobre o episódio, em sua página no Instagram. “Já faz tanto tempo, e infelizmente a luta não para, ainda lutamos por direitos básicos e pela preservação das nossas terras. Essa luta não é só nossa, é de todos”, completou.

“Devolvam a nossa terra”, diz o verso de uma canção tradicional guarani, que ele gravou no idioma de origem. A ousadia de cantar em guarani é uma forma de preservar sua cultura e lembrar que o idioma português foi imposto pelos colonizadores. “Nosso povo foi oprimido e dizimado/ Por não aceitarmos ser escravizados”, denuncia na canção “Xondaro Ka’aguy Regua”. Em seguida, ele diz, ainda no idioma de seu povo: “E agora vemos na TV alertas de aquecimento da Terra/ Extinções em massa, e continuam destruindo/ Nossos rios e nossas matas/ E pra você sou eu que estou errado por usar internet?”.

Depois de gravar com o DJ Alok em 2021, Owerá subiu no palco com Caetano Veloso para entoar um cântico guarani junto com o clássico do cantor baiano, “Um índio”, no especial “2022” da HBO Max, que celebra o centenário da Semana de Arte Moderna. Um dos grandes nomes da cena musical indígena do país, Owerá é o retrato de um movimento que tem sido chamado de futurismo indígena, por mesclar elementos da ancestralidade com ritmos contemporâneos e tecnológicos, como o rap e o techno. De encontro ao futuro, mas com as raízes fincadas na Aldeia Krukutu, a imagem que melhor sintetiza o espírito de Owerá são os registros ao lado do filho Christian Tupã e da esposa Camila Retê, às margens da represa, entoando cânticos guaranis e pitando o petyngua (cachimbo sagrado para o povo Mbya).

Como a música te ajuda a falar sobre ancestralidade e a lutar pelos direitos dos povos originários?

A música me ajuda a viver a ancestralidade, principalmente as

**PEME'Ë JEVY
PEME'Ë JEVY
ORE YVY
PERAA VA'EKUE
ROIKO'I HAGUÃ**

“DEVOLVAM A NOSSA TERRA
DEVOLVAM A NOSSA TERRA
QUE VOCÊS TOMARAM
PARA QUE A GENTE CONTINUE VIVENDO”

(Cântico do Povo Guarani Mbya)

Para ouvir na voz do rapper Owerá:
<https://bit.ly/3r5M7Uw>

canções tradicionais guaranis. O rap é uma ferramenta não indígena, que o indígena descobriu. É com muito orgulho que falo que ele não é do indígena, mas é uma ferramenta que o indígena está sabendo usar para lutar: para falar sobre o sistema, sobre a nossa realidade e para alertar sobre pessoas que querem apagar a nossa cultura, a nossa língua, e derrubar os nossos direitos. É isso que a gente fala no rap. Pra mim, o rap é comunicação e resistência. É minha forma de comunicar, de levar a minha mensagem e do meu povo, o que muitas vezes na cidade não é visto. Não existe um olhar sobre a realidade e a cultura indígena, não só sobre aquilo que vivemos, mas também aquilo que não chega até à aldeia. Falo sobre políticas que querem quebrar os nossos direitos e sobre preconceito.

Em suas letras, você fala muito sobre a luta pela demarcação. Qual é a importância para você dessa luta, principalmente nesse contexto de tantas ameaças aos povos originários?

Falo muito sobre a demarcação das terras indígenas, os nossos direitos como cidadãos brasileiros. A gente luta pela demarcação e recebe críticas: “Para que o indígena quer terra?” A minha visão é que nós, indígenas, é que deveríamos estar demarcando as áreas para os não indígenas. Só que hoje o mundo inverteu e está tudo uma bagunça. Hoje o indígena tem que lutar para talvez um dia ter a esperança de demarcar as nossas próprias terras, para nós podermos viver. Meu rap fala muito sobre isso. O indígena quer terra apenas para poder viver. Não é para ganhar lucro com isso. Na cidade se fala muito sobre enriquecimento. Só que o indígena já vive um enriquecimento natural: já é rico porque vive com a natureza. Suas canções trazem tecnologia e futurismo. Ao mesmo tempo, dialogam com a ancestralidade, ao falar da cultura guarani e da espiritualidade. De onde vem a inspiração? Meu rap fala sobre ancestralidade. Quando canto a minha língua, sou um indígena do passado. Ao mesmo tempo, sou um indígena que vive o presente. O rap que a gente canta é de esperança para tentar conseguir no futuro demarcar as nossas terras.

Você acredita que sua música traz uma mensagem de conexão com a Mãe Terra? Como você vê o papel dos povos originários como guardiões da natureza?

Nós somos guardiões porque respeitamos a natureza. Não buscamos enriquecer, a gente apenas protege. Seguimos o que a natureza fala.

O jovem Kunumi MC levantou a faixa “Demarcação Já” na abertura da Copa do Mundo de 2014. Essa mensagem continua viva ainda hoje? O que Owerá, nascido na Aldeia Krukutu, tem hoje a dizer ao mundo?

Em 2014, levantei a faixa escrita “Demarcação já”. E hoje, para dar continuidade à minha luta, ou melhor, à nossa luta, porque a luta é de todos, eu descobri o rap como uma forma de resistência. (L.F.S.)



■ **Assista o clipe** da música “Xondaro Ka’aguy Regua”:
<https://bit.ly/3jtb9sa>.

SOB PRESSÃO

Pesquisa indica que aqueles que trabalharam durante emergência global tiveram sintomas de estresse, ansiedade e depressão

BRUNO DOMINGUEZ

Exaurição, dificuldades para tomar decisões ao tratar de uma doença desconhecida, isolamento da família, medo de se contaminar e de contaminar pessoas queridas, dor de perder pacientes e colegas de trabalho. A pressão a que os profissionais da saúde foram submetidos durante toda a pandemia, mas especialmente no início dela, teve consequências na saúde mental desse grupo. Estudo conduzido pela Fiocruz Mato Grosso do Sul em parceria com a Fiocruz Brasília com médicos, enfermeiros, dentistas, farmacêuticos e fisioterapeutas do Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal concluiu que a maioria apresentou sintomas de estresse, de ansiedade e de depressão desde o registro dos primeiros casos da doença no país.

No DF, onde foram ouvidos 831 profissionais da saúde que atuam em hospitais, unidades básicas e clínicas, 65% relataram transtornos de estresse, 61,6% ansiedade, e 61,5% depressão, em níveis variando de leve a extremamente severos. Os sintomas de ansiedade foram considerados extremamente severos ou severos por 40,9%. No caso da depressão, as classificações extremamente severa e severa somaram 32,5%; no do estresse, 40,1%.

Em Mato Grosso do Sul, a presença de algum nível de sintomas de ansiedade foi apontada por 57,7%; de estresse, por 57,3%; e de depressão, por 54,4%, entre os 518 profissionais da saúde questionados. Transtornos de ansiedade extremamente severos ou severos foram relatados por 37,3%; de depressão, por 25,9%; e de estresse, por 33%.

Pesquisadora da Fiocruz Brasília, a psicóloga Rosana D'Orío Bohrer, uma das responsáveis pela condução do estudo, observa que a declaração de uma emergência global gerou mudanças concretas e abruptas nas rotinas desses trabalhadores. Ou seja, uma perda do mundo presumido: "Médicos, enfermeiros, técnicos, ninguém estava preparado para atuar em uma situação como esta, sobre a qual pouco ou nada se sabia".

Rosana classifica o contexto de trabalho na pandemia como de "luto". "O luto não se dá apenas por morte de

peçoas, mas também pela perda de segurança, de tranquilidade, de um certo controle que se experimentou em toda a vida profissional”, explica. “De repente, houve uma ruptura e a necessidade de recomeçar com o que não se aprendeu, dar respostas sem conhecê-las totalmente”. Um sentimento de esvaziamento que, segundo a psicóloga, cobra alto preço emocional.

“Ouvi profissionais se lembrando de que pacientes gritavam ‘Me socorre’ por não estarem conseguindo respirar, mas nos hospitais não havia recursos para socorrer”, conta Rosana, para quem o impacto da pandemia sobre a saúde mental vai continuar reverberando por anos na vida desses trabalhadores. A cenas como essa se somaram o grande volume de perdas de pacientes, familiares e colegas, a sobrecarga nas jornadas e o medo de se infectar e carregar uma possível contaminação para dentro de casa.

Fora o que a pesquisadora chama de “crise dentro da crise”, ou seja, problemas que não tinham ligação direta com a covid-19, mas que também exerciam pressão sobre o emocional dos profissionais: separações, dívidas, planos cancelados. Um acúmulo que pode ser difícil de suportar. “A angústia, quando excede os recursos psíquicos de um indivíduo, faz com que muitos sucumbam”, comenta a psicóloga. “Muitos sucumbiram, precisaram pedir licença; por outro lado, muitos também precisaram aumentar sua carga de trabalho devido a afastamentos de colegas por adoecimento”.

No período pesquisado, de outubro de 2020 a março de 2021, a maioria dos profissionais do Mato Grosso do Sul considerou sua saúde mental moderada (41,9%). Para 33,6%, era boa; para 6,1%, excelente. Para 18,4%, porém, era ruim. No DF, com questionários preenchidos entre dezembro de 2020 e abril de 2021, a saúde mental foi considerada moderada por 38,7% dos trabalhadores ouvidos e ruim por 21,3%. Outros 33,8% disseram ter a saúde mental boa e 6,3%, excelente.

“Entendemos que esses trabalhadores conseguem identificar o que já tinham e o que piorou. No entanto, nem todos têm tempo ou estrutura familiar para investir

SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES DA SAÚDE

DISTRITO FEDERAL

65% transtornos de estresse

61,6% ansiedade

61,5% depressão

40,9% com sintomas de ansiedade considerados extremamente severos ou severos

Profissionais ouvidos: 831

MATO GROSSO DO SUL

57,3% transtornos de estresse

57,7% ansiedade

54,4% depressão

37,3% com sintomas de ansiedade considerados extremamente severos ou severos

Profissionais ouvidos: 518

“Médicos, enfermeiros, técnicos, ninguém estava preparado para atuar em uma situação como esta, sobre a qual pouco ou nada se sabia”

Rosana D’Orio Bohrer, pesquisadora da Fiocruz Brasília

em seu autocuidado”, frisa Rosana. No MS, a maioria dos participantes (55,2%) não estava em tratamento ou acompanhamento nem antes nem depois que a pandemia começou. Já 15,6% estavam sendo acompanhados por profissionais da saúde mental antes da pandemia e 17,5% relataram que iniciaram acompanhamento após o início da pandemia. No DF, antes da pandemia 24,1% dos trabalhadores ouvidos estavam em tratamento, tendo esse percentual aumentado em 13,9% durante a pandemia — chegando a 38% em acompanhamento.

SEGURANÇA NO TRABALHO

A maioria dos participantes não havia recebido diagnóstico de covid-19 no momento da coleta de dados: 71,2% no MS e 67,2% no DF. Quando questionados sobre as ações de controle, prevenção e assistência na pandemia, 61,1% disseram não se sentir seguros no MS — os seguros eram 27,5%. No DF, 44,2% sentiam-se seguros parcialmente em relação à forma como o serviço estava organizado e estruturado para o enfrentamento da covid-19 — aqueles que não se sentiam seguros eram 29,8% e os que se sentiam seguros, 26%.

“Embora esforços tenham sido enveredados para proteção e cuidados com estes profissionais, entendemos que ainda há a necessidade de equacionar as ações de enfrentamento para que a segurança esteja mais bem estabelecida”, comenta Rosana.

ESTRATÉGIAS DE SUPERAÇÃO

Em uma segunda fase, o estudo — que incluiu pesquisadores da Escola de Saúde Pública Dr. Jorge David Nasser (ESP-MS), da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) — investiga os mecanismos utilizados para o enfrentamento do sofrimento mental na pandemia. Segundo Débora Dupas Gonçalves do Nascimento, pesquisadora da

Fiocruz Mato Grosso do Sul e uma das responsáveis pela condução da pesquisa, os trabalhadores estão sendo ouvidos em profundidade, por meio de entrevistas e grupos focais, para identificar que estratégias utilizam para superar os transtornos.

Além disso, o grupo de pesquisa lançou em fevereiro duas versões da cartilha Cuidando-se, contendo um catálogo de serviços psicológicos oferecidos aos trabalhadores da saúde nas duas unidades federativas. “Mais do que apenas identificar os transtornos mentais, também foi nossa intenção oportunizar o cuidado”, destaca Débora, coordenadora da área de Educação da Fiocruz MS. A assistência foi mapeada de modo a evitar que até um pequeno esforço para localizar um serviço de saúde se imponha como uma dificuldade com a qual não se consegue lidar por falta de tempo.

A cartilha faz o alerta de que não é necessário que você seja uma pessoa com transtorno mental para buscar ajuda. “Ao contrário: saber identificar seus sintomas no início e poder buscar ajuda é um dado de saúde mental e uma ação para a preservação desta”, diz o texto.

A pesquisa ainda aponta para a necessidade de que os setores de gestão do trabalho (juntamente com sindicatos e conselhos de classes das categorias) estejam atentos em relação à saúde dos profissionais da área da saúde, entendendo que não são apenas os profissionais que estão nos hospitais que sofrem o impacto da pandemia, mas também os profissionais inseridos em outros pontos da Rede de Atenção, sobretudo na atenção primária, porta de entrada preferencial do SUS. **R**

SAIBA MAIS

Relatório parcial do MS: <https://bityli.com/yzHvn>
Cartilha Cuidando-se MS: <https://bityli.com/TFUJz>
Relatório parcial do DF: <https://bityli.com/GYcBc>
Cartilha Cuidando-se DF: <https://bityli.com/OAYVj>



RADIS NA SALA DE AULA

Conheça a história de uma leitora que aproveita ao máximo os exemplares da revista como ferramenta pedagógica

LICIA OLIVEIRA

Cláudia Vieira recebe as edições de *Radis* desde a época de sua graduação em Educação Física, entre 2002 e 2006, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Moradora de Teresina, ela se recorda do tempo em que não tinha recursos para assinar periódicos e que o acesso aberto ainda era raro. Ao descobrir a revista pela internet, interessou-se pelo conteúdo e ficou satisfeita ao constatar que receberia o exemplar em sua casa

gratuitamente. “Desde então, recebo todos os números da *Radis*”, comenta a doutoranda em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual do Ceará (Uece) e professora de educação física do Instituto Federal de Educação do Maranhão (IFMA — campus Pedreiras).

O envolvimento em vários projetos da universidade enquanto ainda cursava Educação Física instigou-a a ser mais criativa e, com o tempo, ela passou a buscar formas de

partilhar o conhecimento adquirido. No contato com a sala de aula, percebeu a carência de materiais complementares para trabalhar com os alunos e, assim, a professora começou a introduzir a *Radis* como ferramenta pedagógica. “Utilizo diversos conteúdos publicados na revista (saúde do homem, saúde dos indígenas, exclusão social, fome, determinantes da saúde, entre outros) como instrumento pedagógico interdisciplinar e transdisciplinar. Como exemplo, recorto páginas que contenham matérias de interesse para abrir discussões entre os alunos”, relata.

Cláudia também transforma as páginas da revista em quebra-cabeças e as peças são disponibilizadas para os grupos de alunos, que devem montá-los em um tempo determinado. Segundo ela, por se tratar de uma aula de educação física, a montagem é pensada como estratégia para estimular exercícios motores e de raciocínio. E ainda como prática interdisciplinar, discute com os alunos sobre os temas retratados nas páginas que compõem o jogo.

Apesar de atualmente ser professora de estudantes do Ensino Médio, Cláudia já passou por outras instituições, trabalhou com outras faixas etárias e, com crianças, já utilizou exemplares da *Radis* para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da coordenação motora fina [que utiliza pequenos músculos, nas mãos e nos pés, para manusear objetos e atividades como recortar e costurar].

Os próprios alunos produzem recortes para painéis temáticos, reunindo, por exemplo, palavras que relacionassem os benefícios proporcionados pela prática de atividades físicas. A professora acrescenta que atividades que não seriam usualmente realizadas no Ensino Médio foram introduzidas justamente porque “com as mudanças tecnológicas, os alunos se movimentam cada vez menos” — e as dificuldades motoras se tornaram muito presentes nessa faixa etária. “Um exemplo: pular corda para gerações passadas era uma atividade muito corriqueira. No entanto, quando eu peço para que nossos alunos do Ensino Médio façam isso, a maioria não consegue

porque não tem mais esse hábito. Não existe mais no ambiente deles brincadeiras que proporcionem a melhoria das habilidades motoras”, complementa.

E por falar em brincadeiras que movimentam, a professora cita outras atividades em que os exemplares de *Radis* são utilizados. Uma delas é chamada de rabo de galo (o nome pode variar de região para região): a revista é recortada e o aluno coloca uma tira na parte de cima da roupa, que se transforma em algo parecido com um “rabo de galo”, e em duplas, um tenta pegar a tira do outro. Outra atividade é a competição em estafetas: “A gente coloca duas folhas de revista e cada aluno vai ter que transportar um espaço delimitado, de um lugar a outro, pisando em cima de uma folha e depois colocando a outra à sua frente, com alternância, até chegar ao final. Ganha quem conseguir concluir primeiro sem rasgar o papel”, descreve.

Ela conta que desenvolveu essas formas de utilização das revistas por conta da dificuldade enfrentada pelas escolas de possuírem materiais complementares para a execução da disciplina educação física. “Quando as escolas têm, muitos são apenas materiais esportivos e eu procuro não inserir apenas esportes nas minhas aulas, mas variadas atividades motoras”, conclui Cláudia, que também é coordenadora de um projeto de dança no IFMA.

Além dos variados exemplos de utilização de *Radis* no ambiente escolar, a professora destina as revistas que sobram para se transformarem em recursos educacionais no projeto Brincando com Livros, no bairro de Pedra Mole, região periférica de Teresina. Com oito anos de funcionamento, a organização atende 35 crianças e adolescentes entre 5 e 15 anos, com o objetivo de incentivar a leitura infantil e infanto-juvenil. Diante de todas as possibilidades de utilização dos exemplares da publicação após a sua leitura, Cláudia reconhece com satisfação que “*Radis* não é somente uma revista que dissemina conhecimento, mas se tornou um instrumento com poder educacional e ambiental para muitos além de mim”.



“Uso diversos conteúdos publicados na revista — saúde do homem, saúde dos indígenas, exclusão social, fome, determinantes da saúde, entre outros — como instrumento pedagógico interdisciplinar e transdisciplinar. Como exemplo, recorto páginas que contenham matérias de interesse para abrir discussões entre os alunos

Cláudia Vieira, professora, Teresina, PI

#RADIS40ANOS

Conheci a *Radis* no ano de 2016, através de uma colega de curso, quando estávamos nos preparando para um seminário sobre dengue, zika e chikungunya. Logo me interessei pelas suas reportagens e fiz meu cadastro para receber as revistas. Fiquei muito feliz quando minha primeira revista chegou e desde então tenho acompanhado as publicações. Utilizei a *Radis* em muitos momentos durante a minha graduação, residência e hoje utilizo no mestrado. Mesmo com a correria do dia a dia, reservo alguns minutos para ler um trecho e fazer minhas anotações. Enquanto mulher, negra, mãe e mestranda bolsista, me reconheço em muitas histórias. Para mim, a *Radis* é uma fonte de conhecimento e reconhecimento.

Luzia Célia, enfermeira, Pindaí, BA



Desde que recebi pela primeira vez a revista *Radis*, ainda em processo de formação profissional, tenho obtido inúmeros conteúdos relacionados à saúde em nosso Brasil. Destaco a participação da *Radis* na construção de meu conhecimento científico-reflexivo como aluno de mestrado em Gestão da Clínica do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), em São Paulo. Acredito que, ao disseminar informações de uma forma compreensiva e dinâmica, a *Radis* contribui para a participação popular em saúde e auxilia no fortalecimento do nosso braço forte, o Sistema Único de Saúde (SUS).

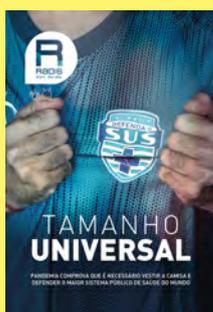
Destaco a edição de janeiro de 2022 com reflexões acerca da acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência em diversos cenários do viver, incluindo o direito à saúde em seu amplo contexto. Uma frase marcante e bastante importante se encontra nesta edição: "Nada sobre nós sem nós". A saúde é um direito de todos. E viva o SUS, a ciência e a *Radis*!

Micael Sampaio da Silva, cirurgião-dentista, Juazeiro do Norte, CE

MEMÓRIA RADIS: NOSSO LADO É O SUS

Ao longo de seus 40 anos, *Radis* testemunhou diferentes contextos vividos pelo Sistema Único de Saúde (SUS), desde a sua concepção e implementação até os desafios contemporâneos. A gente pode dizer que o SUS é o grande protagonista da nossa revista e, a partir de nosso compromisso com a comunicação pública em saúde, não temos vergonha

de dizer que, se temos um lado, o “nosso lado é o SUS”. A defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e do princípio expresso pelo artigo 196 da Constituição, que determina que a saúde é direito de todos e dever do Estado, esteve presente em inúmeras edições. Confira uma seleção de capas em que a defesa do SUS foi a nossa bandeira.



Em plena pandemia de covid-19, na edição 219 (dezembro de 2020), vestimos literalmente a camisa do SUS, em uma reportagem que mostrou como o contexto da pandemia de covid-19 destacou a importância do SUS para a saúde da população brasileira.



Com uma das capas mais emblemáticas de *Radis*, a edição 127 (abril de 2013) trazia o lema “A gente quer por inteiro e não pela metade” para abordar o subfinanciamento do SUS, visto que após duas décadas de existência o sistema ainda não havia alcançado a potencialidade prevista originalmente em sua criação. A famosa capa do “copo” — que mostrava um copo meio vazio, meio cheio — foi lembrada na edição 169, de outubro de 2016, em que o mesmo objeto apareceu completamente vazio e trincado, abordando as ameaças da então PEC 241 do congelamento de gastos públicos — que foi aprovada, depois, como Emenda Constitucional (EC) 95.



A edição 104 (abril de 2011) coloca diante do leitor a questão de que os brasileiros não reconhecem as verdadeiras dimensões do SUS. O tema já havia sido tocado na *Radis* 35 (julho de 2005), que abordou o desconhecimento da população sobre o símbolo do SUS.

Já a edição 72 (agosto de 2008) traz os 20 anos da Constituição de 1988 e as mudanças no campo da saúde.

Em novembro de 1988, um mês após a promulgação da Constituição de 1988, a revista Tema (editada pelo Programa *Radis*), em sua edição de número 11, trazia a discussão da Reforma Sanitária. O sanitarista Sergio Arouca afirmava, em texto, que os Sistemas Unificados e Descentralizados de Saúde (Suds) e a criação do Sistema Único de Saúde são “passos fundamentais para a Reforma Sanitária”.





CARNAVAL E PANDEMIA

1919: o primeiro carnaval após a passagem avassaladora da Gripe Espanhola e da Primeira Guerra Mundial. Segundo os registros, a doença — entre setembro e dezembro de 1918 — infectou 600 mil pessoas e matou cerca de 15 mil no Rio de Janeiro, número provavelmente subestimado. O carnaval que ganhou as ruas no ano seguinte entrou para a história e a memória da cidade como uma festa de libertação e de alívio e repercutiu, por décadas, na narrativa de cronistas como Nelson Rodrigues, Mário Filho e Austregésilo de Athayde. As histórias em torno desta folia em contexto pós-pandemia são contadas no livro *De Sonho e de Desgraça: O Carnaval Carioca de 1919*, do jornalista David Butter, publicado pela editora Mórula. A partir de uma pesquisa cuidadosa e inédita, o autor revive as memórias de um tempo marcado por sonho, esperança, luto, alegria e tristeza.

CINEMA INDÍGENA

Sentados em roda, jovens indígenas escutam um ancião contar o mito de origem do povo Ticuna, que narra o nascimento dos heróis Yo'í e l'pi. Essa é a cena que abre o recém-lançado documentário *Yo'í e l'pi* e serve como fio condutor para conhecer não apenas a história deste povo, mas também um pouco sobre o cinema indígena da atualidade. Selecionado pelo Museu do Índio por meio da Chamada de Projetos Culturais 2019, o filme é fruto de uma iniciativa da Rede de Jovens Indígenas Comunicadores do Alto Rio Solimões (Rejicars) e do projeto Ng' t'ütügücü, que significa juventude na língua Ticuna. O enredo foi construído pelos jovens por meio de entrevistas com os mais velhos e é considerado fundamental, por eles, para o fortalecimento de sua cultura e dos laços comunitários. Você pode assistir ao filme completo aqui: <https://bit.ly/3KhankC>.



MEDICAMENTOS BIOLÓGICOS

Você sabe o que são medicamentos biológicos? São fármacos produzidos a partir de fluidos biológicos, tecidos de origem animal ou ainda com o uso de organismos ou células vivas modificadas geneticamente para sintetizar essas moléculas. Informações sobre esse tipo de medicamento estão disponíveis no Portal Biológicos Brasil, desenvolvido para aprimorar os conhecimentos sobre os medicamentos biológicos, incluindo os biossimilares e suas indicações. O site é resultado de uma Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) entre o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), da Fiocruz, a indústria farmacêutica nacional Bionovis e a empresa Samsung Bioepis. Acesse: <https://biologicosbrasil.com.br/>.

LIÇÕES DA PANDEMIA

Nove países (Brasil, Argentina, Canadá, México, China, Coreia do Sul, Alemanha, Espanha e Reino Unido) e as diferentes respostas dadas à pandemia de covid-19. Esse é o tema do livro em formato e-book *Políticas e Sistemas de Saúde em Tempos de Pandemia: nove países, muitas lições*, o último da série *Informação para Ação na Covid-19*, uma parceria entre o Observatório e a Editora Fiocruz. “A resposta dos países foi bastante variada no que concerne à capacidade de adoção de medidas de contenção e mitigação e à efetividade das ações implementadas”, afirmam os organizadores Cristiani Vieira Machado, Adelyne Maria Mendes Pereira e Carlos Machado de Freitas, professores da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz). A obra encontra-se disponível para download gratuito na Plataforma SciELO: [link](https://scielo.org/pt/bd/).



NOSSO PLANETA, NOSSA SAÚDE

ROSANA ONOCKO, LUIS EUGENIO DE SOUZA E PAULO BUSS*

Em 2022, o dia 7 de abril amanhece tingido pela dor do planeta inteiro. Após mais de dois anos da pandemia de covid-19, as sequelas dessa tragédia sanitária ainda se arrastam e se somam a outros graves problemas de saúde em escala global. No Dia Mundial da Saúde, temos pouco a comemorar, mas muito para defender: o futuro das crianças ainda não nascidas, o amparo dos grupos vulneráveis, a defesa de uma velhice digna e respeitada.

Novas doenças infecciosas, surtos de doenças negligenciadas, aumento de condições degenerativas e de transtornos mentais, associados a crises ecológicas e humanitárias, caracterizam o cenário mundial, sem perspectivas de melhoria no futuro próximo. Nunca houve tanta clareza sobre a necessidade de enfrentarmos a crise climática e ecológica como condição imprescindível para a preservação da saúde humana e animal.

Temos um único planeta! O lema deste ano é: “nosso Planeta, nossa Saúde”.

Na data em que se comemora a criação da Organização Mundial da Saúde (OMS), devemos lastimar que não tenhamos garantido a equidade vacinal, tendo países que compraram vacinas em excesso e outros que ainda estão em um estado muito incipiente de vacinação. O acesso ao saneamento básico e alimentação se mantém extremamente desigual, refletindo em diferenças enormes na expectativa de vida ao nascer (66 anos no Haiti e 88 anos no Japão, para falar de extremos).

Os investimentos globais devem ser direcionados para mitigar as graves mazelas que nos afetam como espécie e colocam em risco nossa sobrevivência. O modelo econômico que concentra renda e destrói o meio ambiente precisa ser superado, antes que seja tarde demais.

Para agravar o entristecedor panorama, assistimos na atualidade diversas guerras — na Ucrânia, no Iêmen, na Síria, na Etiópia e em várias outras regiões — produzindo, diretamente, deslocamentos e migrações e, indiretamente,

escassez e inflação dos preços de alimentos, expondo milhões de famílias à dor e ao desamparo.

Desafio substantivo para o enfrentamento destes problemas intersetoriais e sanitários é aperfeiçoar os mecanismos de cooperação internacional e diplomacia da saúde, capazes de construir sinergias entre países, seja nas Nações Unidas e suas agências globais, seja nos arranjos multilaterais da América Latina, a exemplo da CELAC, Mercosul e demais.

O Brasil também está repleto de problemas. A pandemia deixou um rastro de mais de 400 mil mortes evitáveis, agravou o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais. Persiste uma grave desigualdade em relação à vacinação, assim como iniquidades em relação a outros determinantes sociais da saúde: saneamento, alimentação (voltamos ao mapa da fome), segurança (é um dos países mais violentos do mundo), habitação (favelas se duplicaram em dez anos).

Vivemos um dos períodos mais tenebrosos da história. A reparação de séculos de injustiça só será possível com a criação de políticas públicas articuladas e extraordinárias. Com destaque para essa palavra, porque precisarão acontecer fora da ordem instituída — criadas, cuidadas e alimentadas para combater, por exemplo, o racismo, o machismo e a violência institucional. Uma nova atitude de acolhimento e reparação deve (e pode) se estabelecer.

Milhares de enlutados e órfãos poderão ser, sim, cuidados adequadamente se forem instaurados espaços de elaboração, de recriação da sociabilidade. O papel das atividades culturais é, nesse sentido, fundamental. É preciso um esforço criativo, uma volta à brasilidade que permita recuperar o tecido social. É premente também fortalecer a democracia, coibindo o abuso do poder econômico nas eleições e ampliando os espaços de participação popular. Reformar a justiça, ainda predominantemente branca e masculina.

Nosso planeta, nossa saúde! Não podemos deixar ninguém para trás!



■ ESTE ARTIGO FOI PUBLICADO ORIGINALMENTE NO LE MONDE DIPLOMATIQUE (7/4). ROSANA ONOCKO-CAMPOS É PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO) E PROFESSORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). LUIS EUGENIO DE SOUZA É PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO MUNDIAL DE ASSOCIAÇÕES PÚBLICAS (WFPHA) E PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). PAULO BUSS É EX-PRESIDENTE DA FIOCRUZ E COORDENADOR DO CENTRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS EM SAÚDE (CRIS) DA FIOCRUZ.

DEMARCAÇÃO JÁ!



NA LUTA EM
DEFESA DE SEUS
TERRITÓRIOS, OS
POVOS ORIGINARIOS
SAO GUARDIOES DA
SAUDE DO PLANETA.

OWERÁ . RAPPER GUARANI MBYA